

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS**  
**CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO ESTADO DE GOIÁS**  
**PÓS-GRADUAÇÃO (LATO SENSU) EM GERENCIAMENTO DE SEGURANÇA**  
**PÚBLICA**

ANTONIO CARLOS MOURA

SISTEMA DE COMANDO DE INCIDENTES: A NECESSIDADE DE NORMA  
OPERACIONAL

GOIÂNIA (GO)

2013

ANTONIO CARLOS MOURA

SISTEMA DE COMANDO DE INCIDENTES: A NECESSIDADE DE NORMA  
OPERACIONAL

Artigo Científico apresentado em cumprimento às exigências para a obtenção do título de Especialista em Gerenciamento de Segurança Pública no Curso de Pós-Graduação Lato Sensu de Gerenciamento em Segurança Pública sob a orientação do Professor Especialista Hárison de Abreu Pancieri.

GOIÂNIA (GO)

2013

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS**

ANTONIO CARLOS MOURA

SISTEMA DE COMANDO DE INCIDENTES: A NECESSIDADE DE NORMA  
OPERACIONAL

Artigo Científico apresentado em cumprimento às exigências para a obtenção do título de Especialista em Gerenciamento de Segurança Pública no Curso de Pós-Graduação Lato Sensu em Gerenciamento de Segurança Pública sob a orientação do Professor Especialista Hárison de Abreu Pancieri.

Avaliado em: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

Nota Final: (        ) \_\_\_\_\_

---

Professor-Orientador Hárison de Abreu Pancieri.

GOIÂNIA (GO)

2013

## **RESUMO:**

O artigo permite a padronização de procedimentos, bem como de aspectos de organização, através da criação de uma norma operacional que facilite o uso da ferramenta gerencial Sistema de Comando de Incidente-SCI pelos militares do Corpo de Bombeiros Militar do Estado de Goiás-CBMGO. Para isso foi realizada pesquisa bibliográfica, de opinião e estudo de caso, que demonstraram a aprovação e a necessidade de adotar tal procedimento em prol da melhoria da gestão das operações Bombeiro Militar. Confirmado o estudo a partir da aprovação por cerca de 97%(noventa e sete por cento) dos oficiais do CBMGO entrevistados que verificou ser importante viabilizar a padronização do uso dessa ferramenta gerencial no âmbito do CBMGO, em aspectos relevantes como, por exemplo, os treinamentos, os simulados, a identificação dos participantes através de coletes, quando ativar as instalações, quem será o responsável pela área de espera, qual o formato e modelo dos formulários necessários para o bom desempenho durante o incidente, dentre outros. Conclui-se pela criação de uma norma operacional que facilite o uso do Sistema de Comando de Incidente nas operações de qualquer espécie, seja previsível ou extraordinária na qual o CBMGO tem o dever constitucional de atender, para que os militares atinjam o objetivo almejado para minimização do incidente de forma eficiente e eficaz.

**PALAVRAS CHAVES:** Norma Operacional, Sistema de Comando de Incidente, padronização.

## **ABSTRACT**

The article allows the standardization of procedures, as well as aspects of organization, by creating a standard operating that facilitates the use of the tool management Incident Command System by SCI - Military Fire Brigade of the State of Goiás-CBMGO. For this bibliographical research, opinion and case study, which demonstrated the need for approval and adopt such a procedure in order to improve the management of operations military firefighter. About 97 % (ninety-seven percent) of respondents to be ratified important enabling standardization of the use of this management tool in the CBMGO, eg, training, practice tests, identification of participants through vests, when activating the facilities, how to print forms, among others. We conclude by creating a standard operating that facilitates the use of the Incident Command System in the operations of any kind, whether foreseeable or extraordinary in CBMGO which has a constitutional duty to cater for the military to achieve the desired objective of minimizing of the incident efficiently and effectively.

**KEYWORDS:** Standard Operational, Incident Command System, tandardization.

## INTRODUÇÃO

Conforme estatísticas do Corpo de Bombeiros Militar do Estado de Goiás-CBMGO, a maioria dos incidentes atendidos por suas guarnições são solucionados pela equipe de resposta inicialmente enviada para o socorro.

Em outros casos, porém, os incidentes crescem em magnitude e complexidade e são requeridos recursos adicionais significativos para solucionar os incidentes. É nesse momento que o Sistema de Comando de Incidentes-SCI fornece um mecanismo para a gestão coordenada e colaborativa, seja através do emprego de recursos de uma única instituição ou de multiagências.

O SCI é um sistema de gestão amplamente aplicável que segundo a NO 01 do CBMGO, deverá ser usado em todas as operações, independente de sua classificação, seja previsível ou extraordinária. Essa ferramenta de gestão é projetada para permitir um gerenciamento eficiente e eficaz, garantindo uma integração entre órgãos e a combinação de terminologia comum, instalações, recursos, equipamentos, procedimentos, comunicações e pessoal, para trabalhar dentro de uma mesma estrutura comum, de forma organizada.

É uma forma de gestão elaborada num formato padronizado, com o objetivo de permitir que os responsáveis pela minimização dos incidentes, possam trabalhar em parceria, sem sacrificar os componentes do sistema, evitando a sobreposição ou a má utilização dos recursos.

O SCI é utilizado para organizar operações dos mais variados tipos e complexidades, os quais podem causar danos humanos, materiais ou ambientais em uma única jurisdição ou multijurisdicionais.

Como a utilização do SCI é extremamente útil, não se espera apenas que se tenha uma estrutura organizada para gerenciamento de incidentes, mas também que oriente o planejamento, construção e adaptação dessa estrutura.

Quando utilizada para operações previsíveis, como formaturas, seminários, festas religiosas, shows e eventos em geral que ocorrem rotineiramente no Estado

de Goiás em todos os municípios e com a participação de Organização Bombeiro Militar-OBM, essa ferramenta ajuda os seus usuários a aprimorar e consolidar os conhecimentos e manter as habilidades necessárias e requeridas para o uso nos incidentes de grande magnitude, facilitando a compreensão do seu papel individualizado no cenário, bem como a integração com outras funções.

É importante salientar que as instituições que participarão em conjunto para solucionar um incidente, não perderão sua autonomia ou responsabilidade quando estiver sendo utilizado o SCI, pelo contrário, cada ente participante deve envidar os esforços necessários para contribuir de forma global para a minimização do incidente, de forma a preservar a vida e o patrimônio.

Ocorre que para ser utilizada de forma integral, em todas as operações conforme prevê a NO 01, a ferramenta gerencial SCI deve sofrer avanços dentro do CBMGO e de outras instituições, primeiramente sendo fornecido o treinamento adequado, embora isso já ocorra através de cursos ministrados à distância pela Secretaria Nacional de Segurança Pública-SENASP e presenciais pelo Comando de Ensino Bombeiro Militar-CEBM, no entanto tem que haver o envolvimento de todos e a mínima padronização para dar suporte aos seus usuários.

Através de pesquisa de campo realizada, percebe-se que uma das causas que dificulta a utilização da ferramenta é a falta de uma norma operacional que norteie o emprego adequado e facilitado da ferramenta, nas operações que por sua complexidade ou magnitude requeira a utilização do Sistema de Comando de Incidentes.

## **REVISÃO DA LITERATURA**

### **A NECESSIDADE DE NORMA OPERACIONAL-NO**

Em sua essência o SCI “É uma ferramenta de gerenciamento de incidente padronizada, para todos os tipos de sinistros, que permite a seu usuário adotar uma estrutura organizacional integrada para suprir as complexidades e demandas de

incidentes únicos ou múltiplos, independente das barreiras jurisdicionais”. (CBMDF, 2011, p. 22).

**Sistema:** Combinação de partes coordenadas para um mesmo resultado, com a finalidade de formar um conjunto, com ordenamento de elementos interdependentes relacionados entre si e com seu entorno. Conjunto integrado de partes inter-relacionadas que existem para atingir um determinado objetivo ou cumprir um determinado propósito.

**Comando:** Ação e efeito de impulsionar, designar, orientar e conduzir os recursos.

**Incidente:** Evento de causa natural ou provocado por ação humana que requer a intervenção de equipes dos serviços de emergência para proteger vidas, bens e ambiente.

A Lei do Estado de Goiás número 15.802 de 11 de setembro de 2006, que institui o Código Estadual de Proteção Contra Incêndio, Explosão, Pânico e Desastres estabelece em seu artigo 7º, inciso II que é função do órgão de coordenação e gerenciamento de prevenção e resposta a desastres, dentre outras, desenvolver, na esfera de suas atribuições, ações preventivas e preparativas para emergências e desastres, principalmente aquelas relacionadas ao socorro imediato de comunidades afetadas por eventos adversos, bem como gerenciar ações de defesa civil, nas situações de emergência ou estado de calamidade pública.

A Norma Operacional 01 do CBMGO (2010) aborda o caráter imperativo da utilização de um modelo gerencial estabelecendo que qualquer que seja a classificação da operação bombeiro militar, previsível ou extraordinária, deverá ser aplicado o Sistema de Comando de Incidentes, reconhecendo a importância de uma Norma que regulamente e padronize as ações quanto à mobilização de recursos, logística, planejamento e execução.

O Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania-PRONASCI, diz que o SCI pode ser aplicado nas mais variáveis situações. Entre elas, emergências

com produtos perigosos, acidentes com elevado número de vítimas, incêndios e ações de vacinação em massa, por exemplo.

A Administração de Saúde Ocupacional-OSHA, dos Estados Unidos da América, afirma que quando planejado e praticado, o Sistema de Comando de Incidentes é visto como o sistema de gerenciamento de resposta mais eficaz para lidar com os incidentes. Como resultado, as Equipes de Respostas Nacionais-NRT e as Equipes de Respostas Regionais-RRT, dos Estados Unidos, endossam o uso da ferramenta.

O SCI é uma estrutura integrada e flexível que enfatiza a cooperação e coordenação no local do incidente, sejam incidentes simples ou complexos. A estrutura do SCI é necessária para administrar os recursos de forma racional evitando emprego em duplicidade ou prematuro.

Chiavenato (2011) esclarece que o papel da administração na sociedade moderna não é somente imprescindível, mas também fundamental para o desenvolvimento social e econômico do país e em todos os tipos de organizações, instituições, empresas, empreendimentos e negócios.

Este artigo científico propõe minuta de uma Norma Operacional que facilite o emprego do SCI de forma que todos aqueles que trabalharem numa operação bombeiro militar terão condições de realizar suas funções com sucesso, minimizando os erros.

Aborda Chiavenato (2011) que segundo o ponto de vista mais amplo, a tarefa básica da administração consiste em interpretar os objetivos globais propostos pela organização e transformá-los em ação organizacional global por meio de planejamento, organização, direção e controle de todos os esforços realizados em todas as áreas e em todos os níveis da empresa a fim de atingir tais objetivos da melhor maneira possível. Assim, a administração é o processo de planejar, organizar, dirigir e controlar a aplicação das competências e o uso dos recursos organizacionais para alcançar determinados objetivos de maneira eficiente e eficaz.

Dos Santos (2012) afirma que Administração Pública, portanto, é todo o aparelhamento do Estado preordenado à realização de serviço público, visando à satisfação das necessidades coletivas.

É com o objetivo de maximizar o emprego dos recursos do CBMGO que se pretende, com esse estudo, chegar à elaboração de Norma Operacional para que todos os operadores do SCI se sintam mais seguros quando utilizarem esse modelo gerencial.

Ensina Gonçalves (2013) que a publicação oficial da lei tem por finalidade torná-la conhecida, mas visa precipuamente neutralizar a ignorância, sem, contudo eliminá-la.

A Norma Operacional aqui proposta não tem a pretensão de engessar o processo de tomada de decisão, e sim facilitar o emprego do Sistema de Comando de Incidentes, de forma que o comandante possa delegar atribuições com maior confiança, pois se espera que todos os trabalhadores tenham pleno conhecimento sobre o modelo de gerenciamento e, sobretudo de suas funções.

Conforme Mazza (2013), a lei determina as atribuições dos agentes e dos órgãos públicos pertencentes à Administração Pública. Entretanto, para atender a conveniências técnicas, sociais, econômicas, jurídicas ou territoriais, é possível a quem detém a competência legal distribuir transitoriamente parcela de suas atribuições por meio do instituto da delegação.

A delegação é a transferência temporária de competência administrativa de seu titular a outro órgão ou agente público subordinado à autoridade delegante (delegação vertical) ou fora da linha hierárquica (delegação horizontal).

Mazza, 2013 ressalta que atos vinculados, são aqueles praticados pela administração sem margem alguma de liberdade, pois a lei define de antemão todos os aspectos da conduta (movimento centrípeto). Atos discricionários são praticados pela administração despondo de margem de liberdade para que o agente público

decida, diante do caso concreto, qual a melhor maneira de atingir o interesse público (como movimento centrífugo).

Dessa forma o comandante do Incidente terá liberdade de delegar atribuições, seguindo o preconizado pelo SCI, e normatizado pela NO ao final proposta.

Mazza, 2013 afirma que diante de motivos relevantes devidamente justificados, o art. 15 da Lei n. 9.784/99 permite que a autoridade hierarquicamente superior chame para si a competência de um órgão ou agente subordinado, classificando de movimento centrípeto, sendo assim o comandante do incidente, tanto pode delegar atribuições, como também tem a liberdade de avocar para si funções que não estejam sendo executadas conforme seus objetivos.

O PRONASCI enfoca que o SCI é baseado em princípios sendo o Alcance de Controle um dos mais importantes. Para que não haja perda de controle, e, por conseguinte a perda da operação, nas ações operacionais cada profissional envolvido no incidente não pode se reportar a um número muito grande de pessoas. Sendo assim, o SCI considera que o número de indivíduos que uma pessoa pode ter a seu cargo com efetividade é de 1 a 7, sendo que o ótimo é cinco.

Seguindo a mesma linha de pensamento, Jeffrey, 2009, diz que o sistema da Toyota, por outro lado, depende bastante de equipes lideradas por líderes competentes. A empresa não acredita em grupos de trabalho sem líderes. Na verdade a Toyota acredita que o grupo de trabalho ideal inclui entre cinco e sete pessoas.

Diz ainda que a Toyota descobriu que cinco é a amplitude de controle ideal das equipes de trabalho para que os líderes possam passar tempo com cada indivíduo, estabelecer uma relação de confiança, ouvir suas opiniões e facilitar e orientar a solução de problemas.

Concordando que é necessária uma abrangência quanto ao alcance de controle, Chiavenato, 2007 diz que a amplitude de controle (ou amplitude administrativa) refere-se ao número de subordinados que cada órgão ou cargo pode

assumir para poder supervisioná-los adequadamente. Quanto maior a amplitude, tanto maior o número de subordinados e, conseqüentemente, menor o grau de atenção e controle que o superior pode atribuir a eles.

Chiavenato, 2007 afirma ainda que o desenho organizacional constitui uma das prioridades da administração, pois define como a organização irá funcionar e como seus recursos serão distribuídos e aplicados. O desenho organizacional contribui de quatro maneiras diferentes para a organização. Em outras palavras, procura atender a quatro requisitos fundamentais: Divisão do trabalho; participantes; processo de decisão; e integração entre as partes.

## **METODOLOGIA**

O trabalho de estudo científico teve início por intermédio de uma pesquisa quantitativa, a qual norteou as ações posteriores, com a identificação de causa, motivo e busca de solução.

De acordo com Fabiana, 2010, pesquisa é o mesmo que busca ou procura. Pesquisar, portanto, é buscar ou procurar resposta para alguma coisa. Em se tratando de Ciência, a pesquisa é a busca de solução a um problema que alguém queira saber a resposta. Não se deve dizer que se faz ciência, mas que se produz ciência através de uma pesquisa.

A pesquisa foi realizada por amostragem, direcionada a 120 (cento e vinte) oficiais do Corpo de Bombeiros Militar do Estado de Goiás-CBMGO, que ocupam os postos de 2º Tenente até Coronel e que trabalham ou já trabalharam diretamente no atendimento a incidentes de pequena ou grande magnitude nas mais variadas regiões do Estado.

Para se realizar qualquer estudo, é quase impossível examinar todos os elementos da população do interesse da pesquisa. Normalmente se trabalha somente com uma amostra da população. A inferência estatística dá elementos para

generalizar, de maneira segura, as conclusões obtidas da amostra para a população (Correa, 2006).

Para determinação do tamanho da amostra com base na estimativa da proporção populacional (oficiais do CBMGO, que ocupam os postos de 2º Tenente a Coronel e que trabalham ou já trabalharam diretamente no atendimento a incidentes de pequena ou grande magnitude nas mais variadas regiões do Estado), adotou-se a seguinte fórmula, por variação do número total da população:

$$n = \frac{Z_{\alpha/2}^2 \cdot 0,25}{E^2}$$

Cálculo da Amostra (Levine, 2010)

Foram escolhidos os oficiais do CBMGO em virtude de sua experiência à frente do comando do serviço operacional, bem como de sua vivência no uso do Sistema de Comando de Incidente para verificar a necessidade de criação de Norma Operacional.

A escolha pelo grupo entrevistado se deveu também que são os oficiais, na maioria das vezes, os responsáveis por implementarem o Sistema de Comando de Incidentes, pois de acordo com o Procedimento Operacional Padrão-POP do CBMGO, o oficial deve se fazer presente nas ocorrências de vulto.

Através da aplicação do questionário foi possível apreciar o quantitativo de oficiais que julgam importante a utilização do SCI nas operações Bombeiro Militar, os que já tiveram a oportunidade de trabalhar com a ferramenta, os que sabem identificar todas as posições, qual a maior dificuldade enfrentada quando se utiliza a ferramenta, bem como os que acreditam que a criação de Norma Operacional facilitaria o uso do SCI.

Outro instrumento utilizado na pesquisa foi o estudo de caso através do atendimento ao show do artista Paul McCartney que ocorreu no Estádio Serra Dourada no dia 08 de maio de 2013, com cerca de 1039 (mil e trinta e nove)

trabalhadores dos mais diversos órgãos e iniciativa privada, para um público de aproximadamente 40.000 (quarenta mil) pessoas.

Foi utilizado também para consolidar a pesquisa, outro estudo de caso, desta vez, um simulado que contou com a participação efetiva de 22 (vinte dois) órgãos e voluntários.

O simulado ocorreu no dia 21 de setembro de 2013 na Vila Maria Luiza, região do Jardim Novo Mundo na capital do estado, com a participação efetiva da Academia Bombeiro Militar-ABM e ali coloca-se em prática o que aqui se busca normatizar, quando foi verificado que a operação flui com mais facilidade.

Além disso, realizou-se pesquisa bibliográfica com vários autores que debatem a matéria para angariar o máximo de parâmetro ao estudo científico do tema proposto. Desfrutou-se também de sites da internet, manuais de outros estados e até de outro país, obras literárias, artigos científicos, monografias que versam sobre o assunto, tudo em prol de se obter maior fundamentação para o estudo.

## **RESULTADOS E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS**

A importância da utilização da ferramenta gerencial Sistema de Comando de Incidentes-SCI, nas Operações Bombeiro Militar, conforme previsto na Norma Operacional 01 do CBMGO é fato reconhecido pela grande maioria dos oficiais entrevistados.

Foi verificado que o percentual de 98% (noventa e oito por cento) afirma ser importante o estabelecimento deste sistema quando das Operações Bombeiro Militar, e apenas uma pequena parcela, 2% (dois por cento) julga não haver importância alguma aplicar uma ferramenta de gestão já testada, convalidada e, sobretudo utilizada nos países mais desenvolvidos do planeta, quando estão à frente do atendimento de operações Bombeiro Militar e outras.

O que pode ter ocorrido com os entrevistados que não utilizariam a ferramenta para as operações Bombeiro Militar talvez seja o desconhecimento do modelo de gestão ou então não tiveram a oportunidade de trabalhar em alguma operação que fosse necessário utilizar o Sistema de Comando de Incidentes.

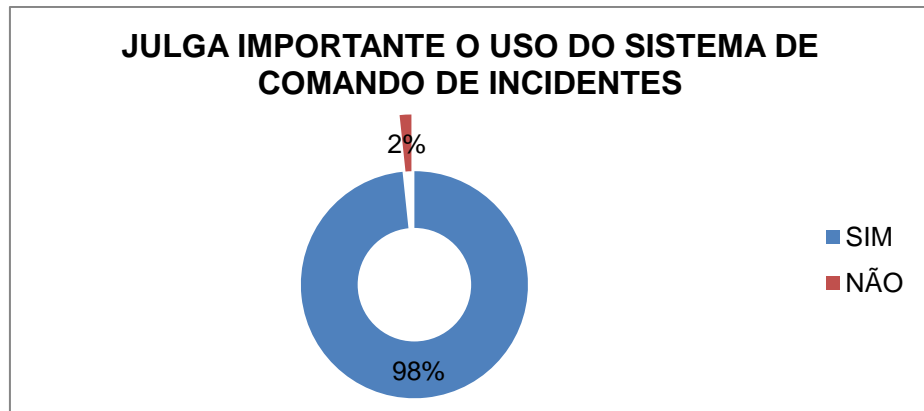


Figura 1 – Gráfico da 1ª pergunta

Para a resposta ao segundo questionamento levantado foi verificado que a maioria dos oficiais já teve a oportunidade de trabalhar em operações, seja de Bombeiro Militar ou outra para a qual se colocou em prática a utilização da ferramenta de gestão SCI.

Noventa e oito oficiais, representando 82% (oitenta e dois por cento) da amostra trabalharam com o SCI o que demonstra que o Corpo de Bombeiros do Estado de Goiás está avançando na consolidação de um modelo de gestão de incidentes adotado e difundido através da rede de ensino à distância-EAD da Secretaria Nacional de Segurança Pública-SENASP.

Porém 18% (dezoito por cento) dos oficiais questionados não trabalharam ainda com a ferramenta. Fazendo uma comparação com o primeiro questionamento o que se pode arguir é que os vinte e dois entrevistados que não tiveram ainda a oportunidade de trabalhar com a ferramenta podem, apesar de julgar importante o uso da ferramenta, lhes estar faltando conhecimento que lhes transmitam segurança para utilização do modelo gerencial.

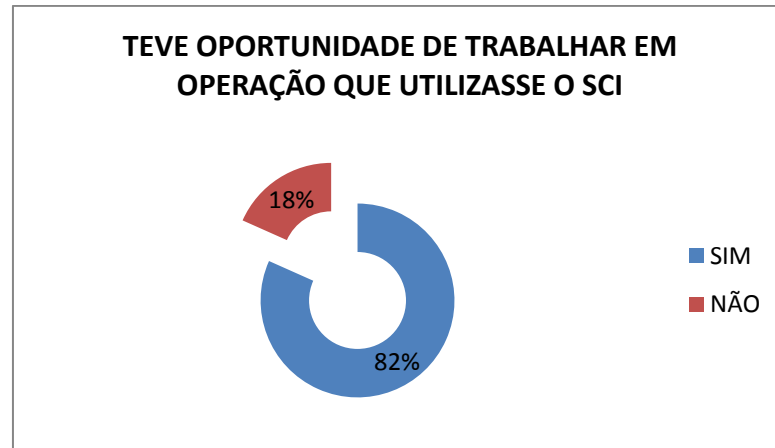


Figura 2 – Gráfico da 2ª pergunta

Essa confiança poderá ser adquirida através de Norma Operacional que, assegure a participação dos oficiais em cursos, treinamentos e simulados levando o conhecimento da ferramenta a todos e facilitando o seu emprego.

Apesar de mais de 82% (oitenta e dois por cento) dos entrevistados julgarem que já trabalharam com o Sistema de Comando de Incidentes em alguma operação Bombeiro Militar, verificou-se diante das respostas à terceira pergunta que o percentual diminuiu quando o fato era identificar todas as posições utilizadas neste sistema. Várias são as posições que uma pessoa pode ocupar dentro da ferramenta de gestão. Não muitas são as vezes que um oficial que tem uma função de maior hierarquia dentro de sua instituição, é colocado pelo comandante do Incidente para desempenhar uma tarefa muito importante, como todas as outras, mas de menor hierarquia.

É o caso, por exemplo, da função ocupada pelo líder da unidade de recurso, uma das mais difíceis de trabalhar, pois se não for bem articulada pode-se perder o alcance de controle do incidente, deixando de atender um princípio vital para o sucesso de qualquer operação que esteja fazendo uso do SCI.

Esse fato se deve justamente por não existir ainda no âmbito do CBMGO, Norma Operacional que estabeleça, por exemplo, os tipos de curso de SCI que os oficiais deverão realizar; os tipos de cursos que a instituição deverá investir; a forma de se executar os treinamentos e simulados; a periodicidade desses treinamentos,

dentre outros fatores que facilitarão a assimilação do conhecimento para que não haja surpresa durante a operação real.

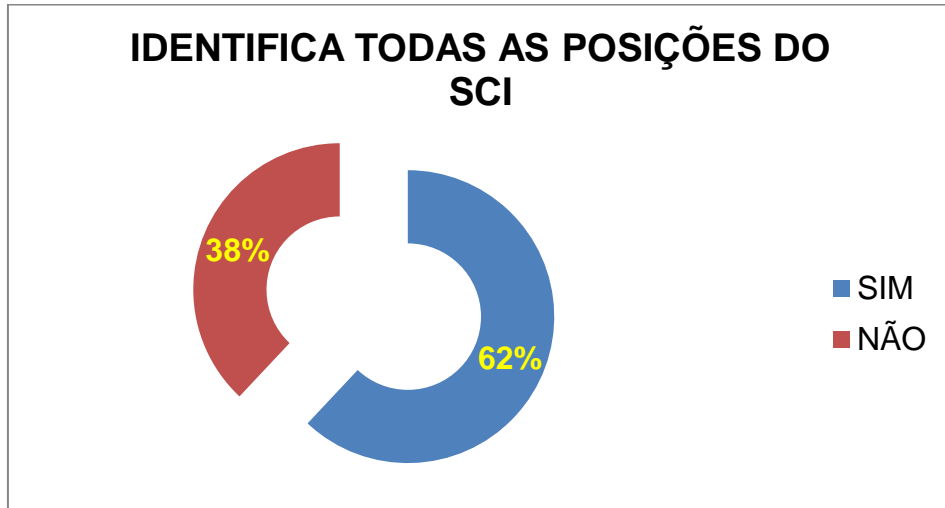


Figura 3 – Gráfico da 3ª pergunta

Do total entrevistado, 62% (sessenta e dois por cento) julga reconhecer todas as funções do SCI e 38% (trinta e oito por cento) não as identifica.

Várias são as funções que poderão ser ocupadas, o que dependerá da complexidade e magnitude do incidente. Aqueles que julgaram não identificar todas as posições, não implica dizer que não tenham condições de trabalhar com a ferramenta, e sim, que provavelmente, ainda não tiveram a oportunidade de exercê-las ou praticá-las.

Foi abordado ainda na pesquisa, qual seria a maior dificuldade que os oficiais do CBMGO enfrentam quando o Sistema de Comando de Incidentes está sendo utilizado.

Diante de quatro possibilidades a que mais se destacou foi o despreparo da tropa para a utilização do modelo gerencial, com 46% (quarenta e seis por cento).

Apesar do Comando de Ensino Bombeiro Militar-CEBM ter inserido na grade curricular de todos os cursos ministrados na instituição, a disciplina SCI, seja com maior ou menor carga horária, e a SENASP ter o curso à distância, ainda se verifica

que muitos bombeiros não sabem utilizar a ferramenta perfeitamente, sugerindo que o ensinamento seja gradual e contínuo, para preparar melhor o militar para as ocorrências reais.

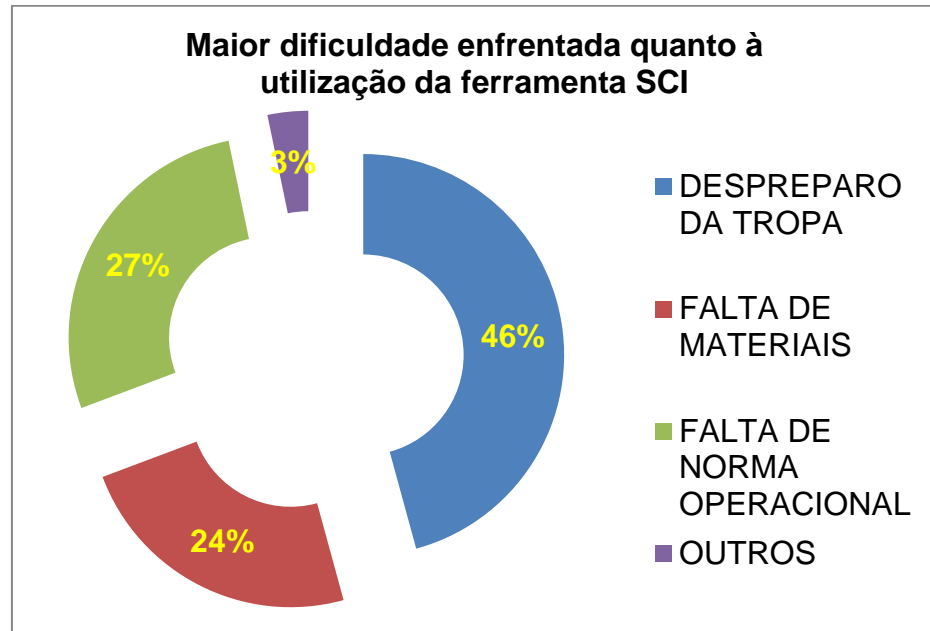


Figura 4 – Gráfico da 4ª pergunta

A segunda dificuldade levantada foi a falta de materiais, o que corrobora com a falta de norma que estabeleça o padrão, quais e como estes materiais serão colocados à disposição dos usuários do sistema.

A falta de norma operacional foi tida como a terceira maior dificuldade encontrada pelos usuários da ferramenta gerencial, no entanto, quando se faz um paralelo com os demais quesitos, todos estão intrinsecamente ligados por falta de um padrão que estabeleça o mínimo necessário para a regulamentação do SCI.

Outro fato lembrado pelos entrevistados foi a falta de articulação com outros órgãos, quando estão trabalhando numa operação que se faz necessário o somatório de forças para minimização de incidentes de forma a preservar a vida e o patrimônio.

No entanto, essa parcela de entrevistados deve desconhecer o esforço que já está sendo feito pelo CBMGO, no intuito de integração com os mais variados órgãos

das três esferas, e também iniciativa privada, face ao maior treinamento já realizado no Estado de Goiás, no dia 21 de setembro de 2013, colocando em prática o plano de evacuação da Vila Maria Luiza, com a participação de 22 órgãos.

Todos os dados levantados poderão ser abordados numa norma operacional que estabeleça diretrizes para melhoria na forma de utilização do modelo de gerenciamento de incidentes.

Atualmente nos Estados Unidos, há uma integração entre todos os órgãos, sejam federais, estaduais ou municipais, públicos ou privados, através do Sistema Nacional de Gerenciamento de Incidentes-NIMS.

Espera-se que o Brasil possa avançar também para um modelo que permita a integração de todos os órgãos para atendimento aos incidentes, no entanto isso foge à esfera de uma instituição e só será possível através do envolvimento do governo federal, o qual vê que já está até adiantado, pois a ferramenta é difundida pela SENASP, bem como cursos são ministrados pela Guarda Costeira Americana através da Embaixada dos Estados Unidos, para preparação à copa de 2014, que ocorrerá no Brasil.

Finalmente foi questionado aos entrevistados sobre a criação de Norma Operacional.



Figura 5 – Gráfico da 5ª pergunta

Diante da abordagem aos oficiais se os mesmos acreditam que a criação de NO que regule e padronize o SCI facilitaria o uso da ferramenta, 97% (noventa e sete por cento) dos entrevistados julgaram positivamente.

Outros 3% (três por cento) julgaram já existir legislação a respeito, no entanto, os mesmos podem ter se confundido, pois, a única abordagem feita ao Sistema de Comando de Incidentes, no CBMGO é quanto à obrigatoriedade do uso da ferramenta nas operações Bombeiro Militar, sem, contudo definir parâmetros importantes, como por exemplo, quais as características dos formulários que são adotados para melhor visualização e cumprimento dos objetivos estabelecidos pelo comandante do incidente.

Vale ressaltar que uma norma operacional deve ser dinâmica, com o intuito de melhorar sempre. Deve diante da percepção de novas tecnologias, ou a necessidade de melhorar em algum aspecto, ser instituído grupo de estudo para que seja modernizada, como é feito hoje com os códigos existentes no nosso país, Código Civil, Código florestal, dentre outros.

Constata-se diante do resultado do último quesito, que a criação de Norma Operacional, é muito importante para facilitar e consolidar a utilização do modelo gerencial SCI, atualmente adotado pelo CBMGO.

## **CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES**

Diante do reconhecimento da maioria dos oficiais entrevistados da importância da criação de uma Norma Operacional que verse sobre o assunto da utilização da ferramenta gerencial Sistema de Comando de Incidentes, faz-se necessário observar alguns itens importantes para que possa atingir a fase prática da consolidação de uma NO: o que abordar; para que se destina; o que se busca regulamentar e padronizar; quem ficará responsável por aplicá-la e fiscalizá-la para que atinja o objetivo proposto.

Culturalmente o Corpo de Bombeiros Militar do Estado de Goiás tem desenvolvido a prática de adotar normas para regular suas atividades operacionais, em face de importância de adotar um padrão aceito e a ser seguido por todos da instituição, minimizando a possibilidade de variação dos procedimentos e, por conseguinte os erros.

Desta forma, os militares que compõem o serviço operacional das diversas OBM do CBMGO, terão um documento que servirá como modelo a ser seguido e poderão colocar em prática o uso do Sistema de Comando de Incidentes para toda e qualquer operação que venham a coordenar ou participar como integrante, de forma segura, facilitando a interação entre os militares componentes das guarnições e até mesmo entre estes e integrantes de outros órgãos que trabalharão juntos em um mesmo cenário, com objetivos similares.

Toda norma tem seu caráter imperativo, não obstante, sendo criada para a facilitação no emprego de uma doutrina, abordando aspectos regulatórios, espera-se que seja bem recepcionada por todos aqueles que venham utilizar o SCI.

Aqueles que detêm um maior conhecimento da ferramenta devem se esforçar para estarem à frente de treinamento e simulados repassando seus ensinamentos àqueles com menos informações para que se possa atingir um padrão de excelência, tanto buscado pelos órgãos de segurança pública do Estado de Goiás, em prol do cidadão.

Hoje é notório que muitos dos Bombeiros Militares do Estado de Goiás já detêm o conhecimento teórico do assunto, embora não haja literatura própria elaborada pelo CBMGO, e sim manuais de outras instituições que, abordam os princípios básicos da ferramenta, os quais são repassados a todos os integrantes da corporação.

Diante desse fato, faz-se necessária maior pesquisa sobre o tema e a elaboração de material próprio para melhoria das ações de socorro, de médio e grande porte, às quais o CBMGO participa, de forma que os incidentes sejam solucionados com menor tempo e minimização de prejuízos.

É com esse intuito que se busca a elaboração de uma norma operacional para estabelecer o máximo de aspectos regulatórios, para que seja dado um passo importante na consolidação da construção de uma doutrina que facilite a utilização do SCI.

Recomenda-se então, que seja criada Norma Operacional, que aborde no mínimo os seguintes aspectos: quando estabelecer a ferramenta gerencial; quando estabelecer a área de espera e quem será o seu encarregado; quais os tipos de treinamento continuado a ser adotado na OBM; como será identificado o primeiro posto de comando; padronização dos coletes de identificação de funções (com cores distintas); padronização dos formulários SCI-201, SCI-205 e SCI-206; modelo do porta T-Card; modelo do T-Card e onde estará e quem deve preencher este T-Card.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ARAÚJO, Sérgio Baptista de. Manual de gestão de Comando Operacional. Lisboa, 2005.
- CHIAVENATO, Idalberto. Administração para não administradores. 2. ed. – Barueri, SP: Manole, 2011.
- DEAL, Tim. Beyond Initial Response: Using the National Incident Management System's Incident Command System. <http://training.fema.gov/IS/EMERGENCYMANAGEMENTINSTITUTE>. Disponível em: <<http://training.fema.gov/IS/>>. Acesso em: 22 de setembro de 2013.
- FEMA ICS RESOURCE CENTER. Disponível em: <[http://training.fema.gov/EMIWeb/IS/ICSResource/ICSResCntr\\_Forms.htm](http://training.fema.gov/EMIWeb/IS/ICSResource/ICSResCntr_Forms.htm)>. Acesso em: 25 de outubro de 2013.
- FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa, Edição Histórica 100 anos (Edição 5): Positivo- Nova Didática, 2010.
- GOIÁS. Lei nº 15.802, de 11 de setembro de 2006. Institui o Código Estadual de Proteção contra Incêndio, Explosão, Pânico e Desastres e dá outras providências. Diário Oficial do Estado de Goiás em 15.09.2006. [http://www.gabinetecivil.go.gov.br/pagina\\_leis.php?id=354](http://www.gabinetecivil.go.gov.br/pagina_leis.php?id=354). Acesso em: 10 de outubro de 2013.
- GONÇALVES, Carlos Roberto. Direito Civil Brasileiro. 11. ed – São Paulo: Saraiva, 2013.
- IMH - Incident Management Handbook – USCG OFDA/USAID. Material de Referência e Manual do Participante do SCI. Disponível em < <http://www.uscg.mil/hq/nswfweb/docs/FinalIMH18AUG2006.pdf>>. Acesso em: 20 de setembro de 2013.
- JEFFREY, K. Liker – A cultura Toyota. Porto Alegre: Bookman, 2009.

- KAUARK, Fabiana. Metodologia da pesquisa: guia prático – Itabuna: Via Litterarum, 2010.
  
- MANUAL DO CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO ESTADO DO DISTRITO FEDERAL. Disponível em <<https://www.cbm.df.gov.br/portal2011/institucional/literatura/ensino/ensino-e-instrucao?downloadownload=76%3Amanual-sci-livro-de-sistema-de-comando-de-incidentes-versao-6.>>. Acesso em: 18 de agosto de 2013.
  
- MAZZA, Alexandre – Manual de direito administrativo. 3. Ed. São Paulo: Saraiva, 2013.
  
- MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO, Glossário de Defesa Civil Estudos de Riscos e Medicina de Desastres, 2ª Edição, 1998.
  
- PIMENTEL, Luciano de Lion Mendes. Sistema de Comando de Incidentes: A necessidade de treinamentos e simulados periódicos, Artigo Científico, Goiânia 2013.
  
- PROGRAMA NACIONAL DE SEGURANÇA PÚBLICA COM CIDADANIA, Curso de Sistema de Comando de Incidentes – SCI. Secretaria Nacional de Segurança Pública – SENASP. Brasília-DF, 2007.
  
- UNITED STATES COAST GUARD. Disponível em: <<http://www.uscg.mil/hq/g-m/mor/Articles/ICS.htm>>. Acesso em: 10 de agosto de 2013.

**ANEXO I – Questionário aplicado aos oficiais do CBMGO**

SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA  
PÚBLICA  
CORPO DE BOMBEIROS MILITAR  
ACADEMIA BOMBEIRO MILITAR

**TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO – TCC****QUESTIONÁRIO  
OFICIAIS DO CBMGO**

1 – Vossa Senhoria julga importante a utilização da ferramenta gerencial Sistema de Comando de Incidentes – SCI, nas operações Bombeiro Militar?

Sim

Não

2 – Vossa Senhoria já teve a oportunidade de trabalhar em alguma operação que utilizasse o SCI?

Sim

Não

3 – Vossa Senhoria sabe identificar todas as posições utilizadas no SCI?

Sim

Não

4 – Qual a maior dificuldade enfrentada quanto à utilização da ferramenta SCI?

Despreparo da tropa para utilização da ferramenta.

- Falta de materiais indispensáveis para o estabelecimento do SCI.
- Falta de norma operacional que facilite a utilização do SCI.
- Outros

5 – Vossa Senhoria acredita que a criação de Norma Operacional para regular e padronizar o SCI facilitaria o uso da ferramenta?

Sim

Não

**ANEXO II – MINUTA DE NORMA OPERACIONAL-NO  
ESTADO DE GOIÁS  
SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA  
CORPO DE BOMBEIROS MILITAR  
COMANDO GERAL**



## TÍTULO I

### Sistema de Comando de Incidentes-SCI

## CAPÍTULO I

### SEÇÃO I

#### Da Finalidade

Art. 1º A presente norma visa estabelecer e disciplinar o uso da ferramenta gerencial Sistema de Comando de Incidentes no âmbito do CBMGO e estabelecer padrões e modelos de materiais necessários para facilitar o uso do SCI.

### SEÇÃO II

#### Dos conceitos

Art. 2º Para fins desta Norma consideram-se os seguintes conceitos:

I - RECURSOS - equipamento e/ou pessoal pronto para ser utilizado taticamente em um incidente, que pode ser pedido, somente, pelo Comandante do incidente; Chefe da seção de operações; Chefe da seção de planejamento e; Chefe da seção de logística.

II – CATEGORIAS DOS RECURSOS - Categoria refere-se à combinação de equipamento e pessoal. Existem três categorias de recursos: Recurso único; Equipe de intervenção; e Força-tarefa.

a) – RECURSO ÚNICO - É um equipamento e seu complemento em pessoal que pode ser designado para uma ação tática em um incidente. Cada recurso apenas passa a ter a classificação de Recurso Único quando estiver registrado na Área de

Espera ou designado no incidente. O responsável pelo Recurso Único tem o título de “líder”.

b) – EQUIPE DE INTERVENÇÃO - É o conjunto de recursos únicos da mesma classe e tipo, com um só líder e comunicações integradas. Essa equipe deve atuar dentro de uma mesma área geográfica, sendo respeitado o alcance de controle. O responsável pela Equipe de Intervenção tem o título de “líder”. (Anexo I)

c) – FORÇA-TAREFA - É qualquer combinação de recursos únicos de diferentes classes e/ou tipos, sendo constituída para uma necessidade operacional particular, com um só líder e comunicações integradas. A equipe deve ser autônoma e atuar dentro de uma mesma área geográfica, sendo respeitado o alcance de controle. O responsável pela Força Tarefa tem o título de “líder”. (Anexo II).

III – ESTADO DOS RECURSOS - Os recursos operacionais em um incidente apresentarão em uma das três condições de estado possíveis: Disponíveis, Designados e Indisponíveis.

a) DESIGNADOS - São os recursos que estão atuando no incidente, com uma tarefa específica;

b) DISPONÍVEIS - São os que estão no local do incidente (área de espera, base, heliponto, etc.), no entanto, não estão atuando, embora estejam prontos para uma designação imediata.

c) INDISPONÍVEIS - São os recursos sem condições de emprego. São os recursos “baixados”.

IV – SEÇÕES - Níveis da estrutura que têm a responsabilidade de uma área funcional principal no incidente (Planejamento, Operações, Logística, Administração e Finanças). As Seções são posições subordinadas diretamente ao Comandante do Incidente-CI; estão sob a responsabilidade de um Chefe e contêm unidades específicas. O título do responsável por esta função é “Chefe”.

V – SETOR - Nível da estrutura com responsabilidade funcional designada pelo CI, sob direção de um chefe de seção. Os setores são encontrados nas seções de operações e logística. O título do responsável por esta função é “Coordenador”.

VI – UNIDADE - Nível da estrutura que tem a função de apoiar as atividades de planejamento, logística e de administração e finanças. O título do responsável por esta função é “Líder”.

VII – DIVISÃO - Nível da estrutura que tem a responsabilidade de atuar dentro de uma área geográfica definida. O título do responsável por esta função é “Supervisor”.

VIII – GRUPO - Nível da estrutura que tem a responsabilidade de uma designação funcional específica. Os grupos cobrem funções específicas de operação: Grupo de Combate a Incêndio, Grupo de Salvamento, Grupo de Resgate, Grupo de controle de Trânsito, Grupo de busca terrestre, etc. O título do responsável por esta função é “Supervisor”.

IX – TÍTULO – Designação padronizada, que atende o princípio da terminologia comum, dada à(s) pessoa(s) que ocupa(m) uma função de liderança no SCI.

IX - TARJETA DE CAMPO - Guia de trabalho para o período inicial no Sistema de Comando de Incidentes.

### SEÇÃO III

#### Dos Princípios

Art. 3º Para fins desta norma ficam estabelecidos os seguintes princípios do SCI:

I – TERMINOLOGIA COMUM. Durante a resposta ao incidente, os respondedores deverão utilizar uma linguagem única, para que não se instale uma confusão.

Adotam-se, portanto, nomes comuns para os recursos e as instalações, funções e níveis do Sistema Organizacional, padronizando-se a terminologia;

II – ALCANCE DE CONTROLE. Para que não haja perda de controle, nas ações operacionais, cada profissional envolvido no incidente não pode se reportar a um número muito grande de pessoas. Sendo assim, o SCI considera que o número de indivíduos que uma pessoa pode ter sob sua supervisão direta, com efetividade, é no máximo 7 (sete), sendo que o ótimo é 5 (cinco). Para que o Alcance de Controle seja sempre mantido, na medida em que os recursos forem chegando, torna-se necessária a expansão da estrutura do SCI. (Anexo III)

III – ORGANIZAÇÃO MODULAR. A organização modular do SCI está baseada no tipo, magnitude e complexidade do incidente, sendo que a sua expansão ocorre de baixo para cima, à medida que os recursos são designados na cena, e estabelecidos de cima para baixo, de acordo com as necessidades determinadas pelo comandante do incidente. Esse princípio permite que as posições de trabalho possam somar-se (expansão) ou serem retiradas (contração) com facilidade. O organograma do anexo representa uma estrutura em que o comandante do incidente ainda não delegou a maioria das possíveis funções do SCI, e a quantidade de recursos existentes ainda é mínima. Parte-se da premissa de que a primeira pessoa que chega à cena, com capacidade operacional, deve assumir inicialmente o Comando do Incidente e todas as funções até que as delegue. (Anexo IV).

IV – COMUNICAÇÕES INTEGRADAS. Na estrutura do SCI, as comunicações são estabelecidas em um único plano, no qual é utilizada a mesma terminologia, os canais e as frequências são comuns ou interconectados, e as redes de comunicação são estabelecidas dependendo do tamanho e complexidade do incidente. É indispensável que o SCI processe um Plano de Comunicações que deverá prever uma série de condições operacionais, administrativas e outras que forem necessárias, como: quem falará com quem, como, quando, por meio de que, etc. O plano também deve prever o estabelecimento de diferentes redes de comunicação para evitar um congestionamento de transmissões, que findam por atrapalhar o bom desenvolvimento da resposta ao incidente. Entendendo-se que as redes de comunicação são estabelecidas dependendo do tamanho e complexidade

do evento ou incidente. Desta feita, recomenda-se que se estabeleçam as seguintes redes:

a) REDE DE COMANDO - Nessa rede estarão integradas as funções preponderantes do SCI, que são o Comando, o Staff de Comando (Segurança, Informação Pública, Ligação, e às vezes Inteligência), e Staff Geral (Operações, Logística, Planejamento e Administração e Finanças). Dela partem os comandos para a execução na cena de tarefas específicas que objetivam a resolução do incidente.

b) REDE TÁTICA - Aqui serão montadas tantas redes táticas quantas forem necessárias, de modo que permita uma conversação entre um mesmo setor ou seção, ou entre outros setores ou seções desde que seja necessária tal interface.

c) REDE ADMINISTRATIVA - Em situações complexas o fluxo de comunicações de ordem administrativa poderá ser tão intenso que atrapalhará a comunicação operacional. Logo, isto é nocivo ao sucesso da operação. Assim, com o objetivo de viabilizar um bom andamento das atividades administrativas, sugere-se o estabelecimento da rede para tratar de assuntos desta natureza, incluindo-se as de caráter logístico.

d) REDE TERRA-AR - Estabelecida para o controle de tráfego aéreo. Normalmente a rede terra-ar é operada por um profissional especializado com conhecimento das normas de segurança e tráfego aéreo.

e) REDE AR-AR - Estabelecida para a comunicação entre as aeronaves participantes da operação devidamente integradas no SCI, visando à segurança e articulação dos equipamentos e pessoal envolvidos.

f) REDE DE SUPORTE MÉDICO - Na situação específica de cenários em que existem múltiplas vítimas, poderá ser estabelecida uma rede de comunicação específica para interligar o SCI, ou Comando, com os hospitais de referência, com vistas a organizar a remoção, transporte e transferência de vítimas para as unidades hospitalares mais disponíveis.

g) REDE ESTRATÉGICA - Poderá ser ainda necessário o estabelecimento de um Centro de Gerenciamento de Emergência (CGEM), Gabinete de Crise, ou qualquer outra denominação (Terminologia Comum) que abrigará as mais altas autoridades governamentais, em incidentes de grande magnitude, as quais inclusive poderão estar tomando decisões de fundamental importância. Desse modo, existirá uma necessidade de fluxo de informações entre o Comandante do Incidente, ou Comando Unificado e tal local, sendo recomendável o estabelecimento da rede estratégica, devendo esta ser segura, confiável e privativa.

V – PLANO DE AÇÃO DO INCIDENTE-PAI - É um planejamento específico para responder a um incidente. A grande maioria dos incidentes não necessita de um PAI escrito, mas sim mental, uma vez que, para o período inicial (fase reativa), ou seja, as primeiras 4 (quatro) horas do incidente, ele não se faz necessário. O plano se apresenta com a seguinte estrutura: Objetivos; Estratégias e táticas; Organização Modular; Recursos requeridos;

a) O PAI deve corresponder a cada período operacional. Normalmente os primeiros períodos operacionais de qualquer incidente não são superiores a 24 horas, e a partir do momento em que as ações tornam-se rotineiras os períodos operacionais podem ser prolongados, podendo durar até uma semana. Para se implementar o PAI, é importante realizar um briefing com a equipe de trabalho e repassar os objetivos, estratégias, táticas e recursos requeridos.

b) CONSIDERAÇÕES IMPORTANTES PARA DEFINIÇÃO DOS OBJETIVOS: Inicialmente o comandante do incidente com seu staff estabelece os objetivos. Os objetivos tornam-se a base para todas as atividades do incidente. Os objetivos devem ser atingíveis, mensuráveis e flexíveis. Todo trabalho deve ser conduzido com base no resultado desejado. Após a definição dos objetivos, as estratégias e as táticas são implementadas e trabalhadas pelo staff.

c) CONSIDERAÇÕES IMPORTANTES PARA DEFINIÇÃO DAS ESTRATÉGIAS: A estratégia nada mais é do que como chegar ao resultado esperado. São determinadas pelo chefe da seção de operações. Considere

estratégias alternativas baseadas em considerações das prioridades e limitações. Considere sempre a possibilidade: “e se...”.

d) **CONSIDERAÇÕES IMPORTANTES PARA ESTABELEECER AS TÁTICAS:** São estabelecidas pelo chefe da seção de operações com o suporte da seção de planejamento e deve responder as seguintes perguntas: Quem, o que, onde e quando?

VI – CADEIA DE COMANDO. No SCI, cada pessoa responde e informa somente à(s) pessoa(s) designada(s) (comandante do incidente, oficial, chefe, encarregado, coordenador, líder ou supervisor), proporcionando a eficácia no cumprimento das ordens. (Anexo V).

VII – COMANDO UNIFICADO. O comando unificado aplica-se quando mais de uma instituição com competência técnica e jurisdicional promovem acordos conjuntos para comandar um incidente em que cada instituição conserva sua autoridade, responsabilidade e obrigação. No comando unificado, as instituições contribuem no processo para:

- a) Planejar de forma conjunta as atividades;
- b) Determinar os objetivos para o período operacional;
- c) Conduzir as operações de forma integrada;
- d) Otimizar o uso dos recursos; e
- e) Designar as funções do pessoal sob um só plano de ação do incidente.

VIII – INSTALAÇÕES PADRONIZADAS. No SCI, as instalações devem possuir localização precisa, denominação comum e estar bem sinalizadas e em locais seguros.

a) **POSTO DE COMANDO-PC** - O Posto de Comando é o lugar a partir do qual se exercem as funções de comando, devendo ser instalado em todas as operações que utiliza o SCI, independentemente do tamanho e da complexidade da situação. No entanto, suas características terão relação direta com o tamanho e a complexidade do evento.

Só haverá um PC para cada cena e este deverá ter a seguinte sinalização: um retângulo de fundo alaranjado com as letras “PC” em preto, nas medidas de 90cm x 110cm, conforme anexo VI.

b) **ÁREA DE ESPERA-E** - A Área de Espera é um local delimitado e identificado, para onde se dirigem os recursos operacionais, que se integram ao SCI, onde ocorre a recepção (check-in) e o cadastramento dos recursos. Caso os recursos não sejam necessários imediatamente, eles permanecem em condições de pronto emprego (disponíveis), aguardando o seu acionamento. O sinal de identificação da Área de Espera é um círculo com fundo amarelo e um “E” de cor preta em seu interior, com 90 cm de diâmetro, conforme anexo VII.

c) **ÁREA DE CONCENTRAÇÃO DE VÍTIMAS-ACV** - É o local no cenário do incidente onde estarão concentradas as vítimas, aguardando o momento exato para serem transportadas ao hospital de referência. A equipe de atendimento começa a sua atuação conduzindo as vítimas de maneira ordenada, de acordo com a sua gravidade, para a Área de Concentração de Vítimas. Dentro da ACV, as vítimas são constantemente monitoradas e reclassificadas pela equipe de atendimento pré-hospitalar, equipe essa que atua em 4 (quatro) divisões: Transporte; Estabilização e monitoramento; Triagem; e Manejo de mortos (da ACV). O sinal de identificação da Área de Concentração de Vítimas é um círculo com fundo amarelo e um “ACV” de cor preta em seu interior, com 90cm de diâmetro, conforme anexo VIII.

d) **BASE-B** - A Base é uma instalação utilizada em grandes incidentes, sendo o lugar onde se realizam as funções logísticas primárias, como almoxarifado, reparo de equipamentos, etc. Geralmente há somente uma Base em cada incidente, no entanto, existem eventos em que pode haver Bases auxiliares, como nos incêndios florestais, que muitas vezes atuam em mais de uma frente de combate. A Base, pela sua característica, muitas vezes é um bom local para se instalar o PC. O sinal de identificação da Base é um círculo com fundo amarelo e um “B” de cor preta em seu interior, com 90 cm de diâmetro, conforme anexo IX.

e) **ACAMPAMENTO-A** - Lugar dentro da área geral do incidente, equipado e preparado para proporcionar ao pessoal um local para alojamento, alimentação e

instalações sanitária. O Acampamento pode localizar-se na Base e desempenhar a partir daí as funções específicas. Em um incidente, poderão se estabelecer vários acampamentos, sendo que cada um deve ter um encarregado e ser identificado por nome geográfico ou número. O sinal de identificação do acampamento é um círculo com fundo amarelo e um “A” de cor preta em seu interior, com 90 cm de diâmetro, conforme anexo X.

f) HELIBASE-H - Lugar de estacionamento, abastecimento e manutenção de helicópteros. O sinal de identificação da Helibase é um círculo com fundo amarelo e um “H” de cor preta em seu interior, com 90 cm de diâmetro, conforme anexo XI.

g) HELIPONTO OU ZONA DE POUSO DE HELICÓPTEROS-ZPH - É o local preparado para que os helicópteros possam aterrissar, carregar e descarregar pessoas, equipamentos e materiais. O sinal de identificação do Heliponto é um círculo com fundo amarelo e um “H1”(“H2”, “H3”....) de cor preta em seu interior, com 90cm de diâmetro, conforme anexo XII.

§ Único – As instalações podem ser dispostas em um incidente conforme anexo XIII.

IX - MANEJO INTEGRAL DOS RECURSOS. O Manejo Integral dos Recursos garante: a otimização; o controle e a contabilidade dos recursos; a redução da dispersão no fluxo das comunicações; a diminuição das intromissões; e a garantia da segurança do pessoal. Cada recurso utilizado no incidente, independentemente da instituição a que pertença, passa a fazer parte do sistema, ficando sob a responsabilidade do Comandante do Incidente ou Comando Unificado.

## SEÇÃO IV

### Das Funções e atribuições

Art. 4º Para fins desta Norma consideram-se as seguintes funções e atribuições:

I - COMANDANTE DO INCIDENTE: Enquanto não delega funções deve: assumir o comando e estabelecer o Posto de Comando; zelar pela segurança do pessoal e da

Segurança Pública; avaliar as prioridades do incidente; determinar os objetivos operacionais; desenvolver e executar o Plano de Ação do Incidente (PAI); desenvolver uma estrutura organizacional apropriada; manter o alcance de controle; administrar os recursos; manter a coordenação geral das atividades; coordenar as ações das instituições que se incorporem ao sistema; autorizar a divulgação das informações pelos meios de comunicação públicos; manter um quadro de situação que mostre o estado e a aplicação dos recursos; e encarregar-se da documentação e do controle de gastos e apresentar o relatório final.

II - STAFF DE COMANDO: composto pelo oficial de segurança, oficial de ligação, oficial de informações públicas, e às vezes pelo oficial de inteligência, com as responsabilidades descritas a seguir:

a) – OFICIAL DE SEGURANÇA - tem a função de vigilância e avaliação de situações perigosas e inseguras, bem como o desenvolvimento de medidas para a segurança do pessoal. Identificar situações potencialmente inseguras durante as operações táticas; fazer uso de sua autoridade para deter ou prevenir ações perigosas;

b) – OFICIAL DE INFORMAÇÃO PÚBLICA - Servirá, às vezes, de ponto de contato com os meios de comunicação ou outras organizações que busquem informação direta sobre o incidente. Estabelecer um centro único de informações, sempre que possível; obter a aprovação do CI para a emissão de informação; emitir notícias aos meios de imprensa e enviá-las ao posto de comando e a outras instâncias relevantes;

c) – OFICIAL DE LIGAÇÃO - é o contato para os representantes das instituições que estejam trabalhando no incidente ou que possam ser convocadas. Isso inclui organismos de primeira resposta, saúde, obras públicas ou outras organizações. Observar as operações do incidente para identificar problemas atuais ou potenciais entre as diversas organizações.

d) OFICIAL DE INTELIGÊNCIA – é o responsável por tratar das questões confidenciais que apoiem a tomada de decisão do comandante. Normalmente a

função de inteligência está situada sob a Unidade de Situação, na Seção de Planejamento, no entanto, em situações excepcionais o CI/CU pode necessitar de atribuir a função sob a responsabilidade de outra seção ou até mesmo como staff de comando.

III - STAFF GERAL: composto pelos Chefes de Seções: Operações, Planejamento, Logística e Administração/Finanças, com as responsabilidades descritas a seguir:

a) CHEFE DA SEÇÃO DE OPERAÇÕES - é o responsável pela execução das ações de resposta. Desenvolver a parte operacional do Plano de Ação do Incidente (PAI) em conjunto com a seção de planejamento; supervisionar as operações; determinar as necessidades e solicitar recursos adicionais; manter informado o CI acerca de atividades especiais da operação, e compor as equipes de resposta designadas para a seção de operações, conforme modelo do anexo XIV. Estão subordinados a esta seção a Área de Espera e a Área de Concentração de Vítimas.

a.1) ENCARREGADO DA ÁREA DE ESPERA: Obter um relatório do chefe da Seção de Operações ou do CI; supervisionar o procedimento de registro de chegada de pessoal e recepção de equipamento (Formulário SCI 211); responder às solicitações de recursos, designando os recursos disponíveis de acordo com o indicado pelo CI ou o Chefe de Operações; monitorar o estado dos recursos; e manter informados o CI e o chefe da Seção de Operações, acerca do estado dos recursos na Área de Espera.

a.2) ENCARREGADO DA ÁREA DE CONCENTRAÇÃO DE VÍTIMAS: É o responsável por organizar o fluxo de viaturas e vítimas na ACV, com a incumbência de manter o controle de quais vítimas foram atendidas; por quem e para que unidade de saúde foram transportadas. Deve manter atualizado o formulário SCI-206, incluindo todas, sem exceção, as vítimas atendidas e que passaram pela ACV.

b) CHEFE DA SEÇÃO DE PLANEJAMENTO - é o responsável por recolher, avaliar, difundir e usar a informação acerca do desenvolvimento do incidente e manter um controle dos recursos. Elaborar o Plano de Ação do Incidente (PAI), no qual define as atividades de resposta e o uso dos recursos durante um período

operacional. Organizar as informações acerca de estratégias alternativas; supervisionar a preparação do Plano de Ação do Incidente; estabelecer um sistema de obtenção de informações meteorológicas, quando necessário; organizar e desfazer as equipes de intervenção que não sejam designadas às operações; identificar a necessidade de uso de recursos especializados; proporcionar previsões periódicas acerca do potencial do incidente; as unidades dessa seção são:

b.1) UNIDADE DE RECURSOS - Responsável por todas as atividades de registro e controle dos recursos, inclusive pessoal e equipamentos designados para o incidente.

b.2) UNIDADE DE SITUAÇÃO - Compila e processa as informações sobre a condição atual do incidente. Prepara apresentações e resumos sobre a situação, desenvolve mapas e projeções.

b.3) UNIDADE DE DOCUMENTAÇÃO - Prepara a parte escrita do Plano de Ação do Incidente, mantém toda a documentação relacionada com o incidente e provê as cópias necessárias.

b.4) UNIDADE DE DESMOBILIZAÇÃO - Em emergências complexas ou de grande magnitude, ajuda a efetuar a desmobilização do pessoal de maneira ordenada, segura e rentável, quando deixa de haver necessidade de seu uso no incidente.

b.5) ESPECIALISTAS - Profissionais especializados que poderão auxiliar no planejamento quando for necessário.

c) CHEFE DA SEÇÃO DE LOGÍSTICA - é responsável por prover instalações, alimentação, água, serviços e materiais, incluindo o pessoal que operará os equipamentos solicitados para atender no incidente. Realiza o apoio exclusivo aos que respondem ao incidente. Suas unidades são:

c.1) UNIDADE MÉDICA - Desenvolve o plano médico e provê primeiros socorros e atenção médica intensiva ao pessoal designado para a emergência. Essa unidade

também desenvolve o plano de transporte médico do incidente (por terra e/ou ar) e prepara relatórios médicos.

c.2) UNIDADE DE SUPRIMENTOS - Relaciona o pessoal, equipamentos e materiais. Além disso, armazena, mantém e controla os materiais de distribuição, assim como ajusta e conserta os equipamentos.

c.3) UNIDADE DE INSTALAÇÕES - Instala e mantém qualquer estabelecimento requerido para apoiar o incidente.

c.4) UNIDADE DE APOIO TERRESTRE - Oferece transporte e se encarrega da manutenção dos veículos designados para o incidente. Provê as pessoas que vão trabalhar nas bases e acampamentos, e apoio de segurança às instalações e ao incidente, sempre que solicitado.

d) SEÇÃO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS - manter o controle contábil do incidente. É responsável por justificar, controlar e registrar todos os gastos e por manter em dia a documentação requerida para processos indenizatórios. Indicar se o incidente apresenta um porte que poderia resultar na decretação de situação de emergência ou estado de calamidade pública. Suas unidades são:

d.1) UNIDADE DE TEMPO - Deve registrar todos os horários do pessoal que trabalha no incidente.

d.2) UNIDADE DE PROVIDORIA - Gerencia o trâmite dos documentos administrativos relacionados com o aluguel de equipamentos e os contratos de materiais e outros insumos. É responsável pelo relatório das horas de uso dos equipamentos.

d.3) UNIDADE DE CUSTOS - Responsável por colher toda a informação sobre custos e apresentar orçamentos e recomendações que permitam economia de gastos.

## SEÇÃO V

### Dos títulos

Art. 5º Os títulos de quem ocupa função de liderança dentro da estrutura do SCI são os abaixo especificados:

§1º COMANDANTE: Designação dada à pessoa que assume a função de comando do SCI.

§2º CHEFE: Designação dada à pessoa que assume uma função no Staff Geral, e responsabilidade de liderar uma seção dentro da estrutura do SCI.

- a. Chefe da Seção de Operações;
- b. Chefe da Seção de Planejamento;
- c. Chefe da Seção de Logística; e
- d. Chefe da Seção de Administração e Finanças.

§3º OFICIAL: Designação dada à pessoa que assume a liderança de uma das funções no Staff de comando.

- a. Oficial de Segurança;
- b. Oficial de Informações Públicas;
- c. Oficial de Ligação;
- d. Oficial de Inteligência.

§4º COORDENADOR: Designação dada à(s) pessoa(s) que assume(m) a liderança de um setor.

§5º SUPERVISOR: Designação dada à(s) pessoa(s) que assume(m) a liderança de uma divisão ou de um grupo.

§6º LÍDER: Designação dada à(s) pessoa(s) que assume(m) a liderança de um recurso único, ou de uma equipe de intervenção, ou de uma força tarefa ou de uma unidade dentro das seções de logística, planejamento ou administração e finanças.

§7º ENCARREGADO: Designação dada à(s) pessoa(s) que assume(m) a liderança de uma instalação.

## SEÇÃO VI

### Da Expansão da Seção de Operações

Art. 6º Geralmente a maioria dos recursos que estarão no atendimento ao incidente ficarão empenhados na Seção de Operações. A pessoa designada para assumir a função de Chefe da Seção de Operações deve ter experiência para organizar suas equipes não permitindo que ocorra a perda do alcance de controle. A formação das equipes nessa Seção ocorre da seguinte forma:

§ 1º - Primeiro nível da seção:

I - A primeira composição se faz através de Recurso Único-RU, que é uma guarnição, cujo líder é o comandante da guarnição. Poderão estar em diferentes tarefas, até 7(sete) RU subordinados diretamente ao Chefe de Operações. No intuito de atender ao princípio da cadeia de comando o chefe de operações comunicará somente com cada líder de RU.

II - A segunda composição pode ser realizada de duas formas:

a – Através de Equipe de Intervenção-EI, quando são empenhados RU de mesma classe/tipo para atuarem em conjunto numa tarefa específica. Serão até 7(sete) guarnições de Auto Bomba Tanque-ABT, por exemplo, para compor a EI. Neste caso, o Chefe de Operações escolherá o mais antigo dentre os comandantes das 7(sete) guarnições para atuar como líder da EI. O Chefe de Operações, no intuito de

atender a cadeia de comando, comunicará somente com o líder da EI, e o líder da EI, por sua vez comunicará com cada líder de RU.

b – Através de Força Tarefa-FT, quando são empenhados RU de diferente classe/tipo para atuarem em conjunto numa tarefa específica. Serão até 7(sete) guarnições, como por exemplo, 2(dois) ABT, 2(dois) Auto Busca e Salvamento-ABS, 2(dois) caminhões- pipas e 1(uma) Auto Plataforma Aérea-APA. Neste caso, o Chefe de Operações escolherá o mais antigo dentre os comandantes das 7(sete) guarnições para atuar como líder da FT. O Chefe de Operações, no intuito de atender a cadeia de comando, comunicará somente com o líder da FT, e o líder da FT, por sua vez comunicará com cada líder de RU.

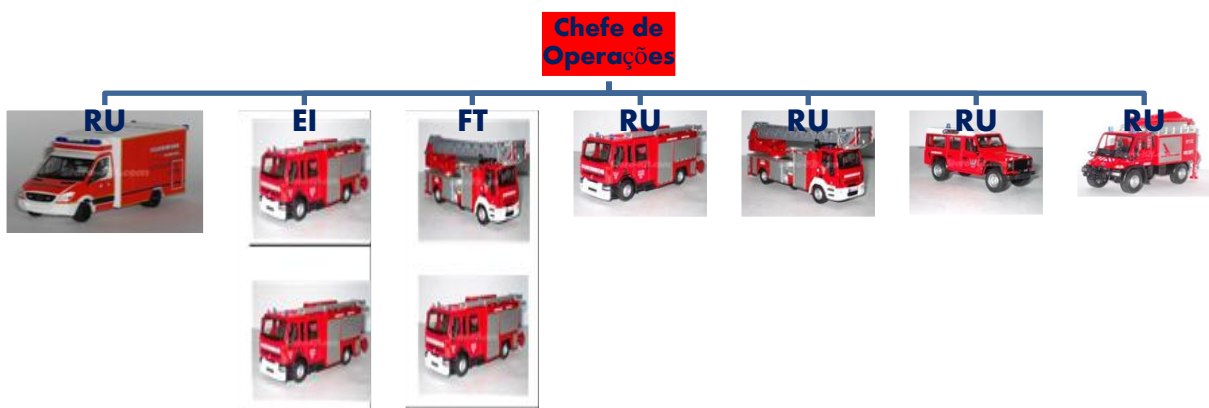


Figura 1 – Organização do 1º nível da Seção de Operações (possibilidade)

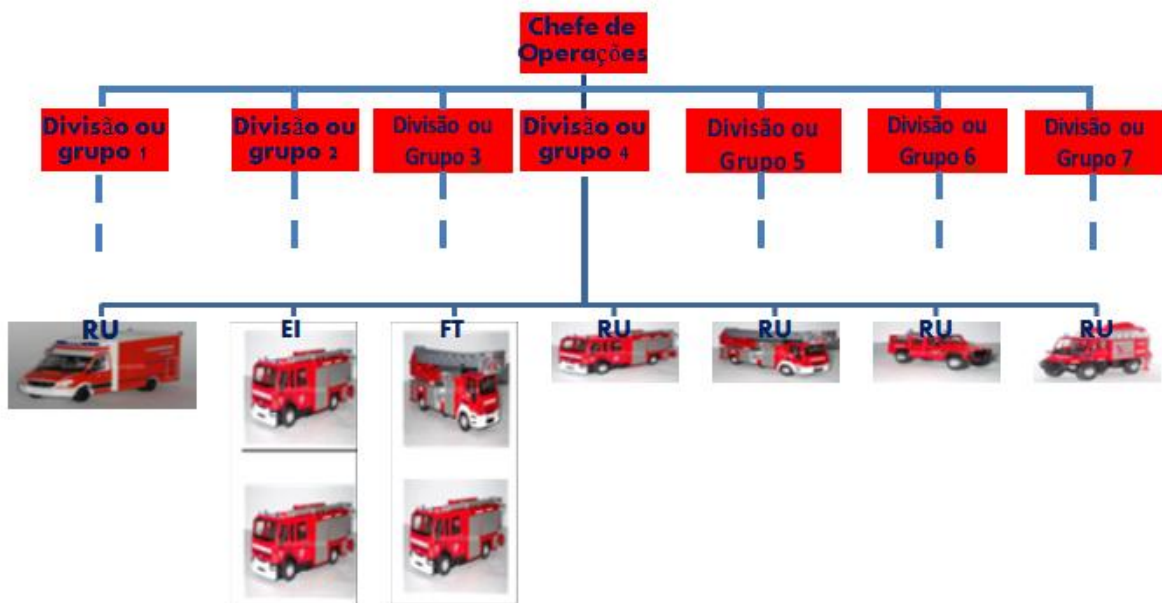
§ 2º - Segundo nível da seção: Uma vez atingido o número máximo de recursos subordinados ao chefe de operações através do primeiro nível expande-se a estrutura modular através do segundo nível.

I – O segundo nível é organizado através de Divisão e/ou Grupo.

a – A DIVISÃO será organizada quando o chefe de operações delimitar área geográfica no terreno do incidente, para que seus recursos desenvolvam suas tarefas. Poderão existir até 7(sete) Divisões. Em cada Divisão existirão no máximo

sete arranjos, organizados como no primeiro nível, ou seja, utilizando RU, EI ou FT. Consegue-se com isso aumentar o número de recursos empenhados em 7 vezes mais do que o primeiro nível, não perdendo o alcance de controle. No intuito de manter a cadeia de comando, o chefe de operações comunicará somente com cada supervisor de divisão, e este por sua vez comunicará com os líderes de RU (quando estiver em composição isolada), EI ou FT.

b – O GRUPO será organizado para atender funções específicas no incidente, como por exemplo, busca terrestre, combate a incêndio, controle de distúrbio, resgate, dentre outros. Em cada grupo existirão no máximo sete arranjos, organizados como no primeiro nível, ou seja, utilizando RU, EI ou FT. Consegue-se com isso aumentar o número de recursos empenhados em 7 vezes mais do que o primeiro nível, não perdendo o alcance de controle. No intuito de manter a cadeia de comando, o chefe de operações comunicará somente com cada supervisor de grupo, e este por sua vez comunicará com os líderes de RU (quando estiver em composição isolada), EI ou FT.



Indica que cada Divisão ou Grupo tem a mesma composição da Divisão ou Grupo 4

Figura 2 – Organização do 2º nível da Seção de Operações (possibilidade)

§ 3º - Terceiro nível da seção: Uma vez atingido o número máximo de recursos subordinados ao chefe de operações através do segundo nível expande-se a estrutura modular através do terceiro nível.

I – O terceiro nível é organizado através de Setores.

a – O SETOR poderá ser organizado para atender áreas geográficas delimitadas ou funções específicas. Poderão existir até 7(sete) Setores. Em cada setor existirão no máximo sete arranjos, organizados como no segundo nível, ou seja, utilizando divisões ou grupos. Consegue-se com isso aumentar o número de recursos em 7 vezes mais do que o segundo nível. No intuito de manter a cadeia de comando, o chefe de operações comunicará somente com cada coordenador de setor, e este por sua vez comunicará com os supervisores de divisão e/ou grupos os quais comunicarão com os líderes de RU (quando em composição isolada), EI ou FT.

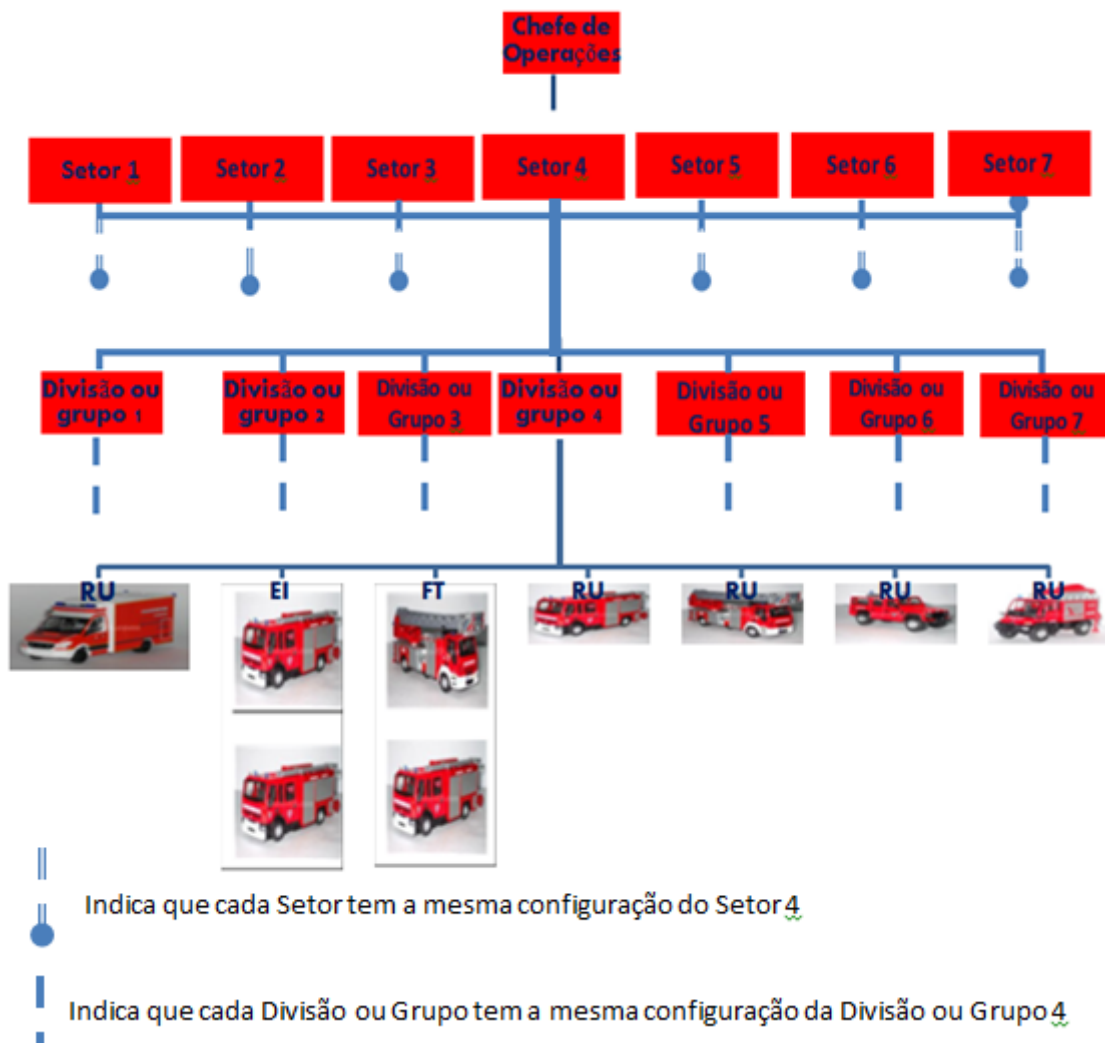


Figura 3 – Organização do 3º nível da Seção de Operações (possibilidade)

§ 4º - Estarão sob a subordinação do chefe de operações a Área de Espera e Área de Concentração de Vítimas

## SEÇÃO VII

### Da Tarjeta de Campo

Art. 7º Para o período inicial do atendimento aos incidentes utiliza-se como referencial de orientação a tarjeta de campo conforme se segue:

I - Oito passos a seguir se você é o primeiro a chegar à cena com capacidade operacional:

- a. Informar ao COB de sua chegada ao incidente.
- b. Assumir e estabelecer o Posto de Comando (neste momento poderá ser apenas um cone sobre a viatura), conforme anexo XLIX.
- c. Avaliar a situação.
- d. Estabelecer um perímetro de Segurança.
- e. Estabelecer seus objetivos.
- f. Determinar as estratégias.
- g. Determinar a necessidade de recursos e possíveis instalações (lembre-se de estabelecer a Área de Espera e designar seu encarregado para controlar os recursos de apoio)
- h. Preparar as informações para transferir o comando.

II - Ao estabelecer o Posto de Comando, assegure-se que este tenha:

- a. Segurança e visibilidade.
- b. Facilidades de acesso e circulação.
- c. Disponibilidade de comunicações.
- d. Lugar distante da cena, do ruído e da confusão.
- e. Capacidade de expansão física.

III - Aspectos a considerar ao avaliar a situação:

- a. Qual é a natureza do incidente?
- b. O que ocorreu?
- c. Quais ameaças estão presentes?
- d. Qual o tamanho da área afetada?
- e. Como poderia evoluir?
- f. Como seria possível isolar a área?
- g. Quais seriam os lugares mais adequados para PC, E e ACV?
- h. Quais são as rotas de acesso e de saída mais seguras para permitir o fluxo de pessoal e do equipamento?
- i. Quais são as capacidades presentes e futuras, em termos de recursos e organização?

IV - Ao estabelecer um perímetro de segurança, devem ser considerados os seguintes aspectos:

- a. Tipo de incidente.
- b. Tamanho da área afetada.
- c. Topografia.
- d. Localização do incidente em relação à via de acesso e áreas disponíveis ao redor.

e. Áreas sujeitas a desmoronamentos, explosões potenciais, queda de escombros, cabos elétricos.

f. Condições atmosféricas.

g. Possível entrada e saída de veículos.

h. Coordenar a função de isolamento perimetral com o organismo de segurança correspondente.

i. Solicitar ao organismo de segurança correspondente a retirada de todas as pessoas que se encontrem na zona de impacto, exceto o pessoal de resposta autorizado.

V - Ao transferir o comando considere os seguintes aspectos:

a. Estado do incidente.

b. Situação atual de segurança.

c. Objetivos e prioridades.

d. Organização atual.

e. Designação de recursos.

f. Recursos solicitados e a caminho.

g. Instalações estabelecidas.

h. Plano de comunicações.

i. Provável evolução.

## SEÇÃO VIII

### Da complexidade dos Incidentes

Art. 8º Para fins desta norma os incidentes serão classificados, segundo sua complexidade em cinco tipos:



Figura 4 - Tipos de Complexidade dos incidentes

§1º TIPO 05 – Atividades de resposta inicial; Comprometimento dos recursos normais de resposta inicial (gestão de até 25 pessoas e ativos); O comandante da Resposta inicial tem responsabilidade por todas as atividades funcionais de gestão; Não se espera que a emergência aumente de dimensões ou complexidade; Situação mitigada em curto espaço de tempo. O Comandante do Incidente deverá ser Aspirante a Oficial ou Oficial Subalterno.

§2º TIPO 04 – Emergência ou evento de rotina ou resposta inicial a um grande incidente. Recurso único ou poucos recursos (gestão de até 50 pessoas e ativos); Posições de comando e equipe geralmente não são ativadas. O Comandante do Incidente deverá ser um 1º Tenente ou Capitão.

§3º TIPO 03 – Maior do que emergência e operações típicas e cotidianas de área; Atravessa os limites da agência e/ou unidade; Pode exigir vários períodos operacionais; Vários recursos únicos até recursos numerosos de diversas agências (gestão de 50-100 pessoas e ativos); Comando e equipe geral ativados conforme necessidades; Equipe de gestão fornecida pelo comando local. O Comandante do Incidente deverá ser um Major.

§4º TIPO 02 – Períodos operacionais múltiplos, plano de ação por escrito, diversas agências e interesse da mídia regional; A maioria das equipes de comando e equipe geral da unidade funcional é ativada; Muitos recursos (gestão de 100 a 200 pessoas e ativos), diversas divisões e/ou grupos. O Comandante do Incidente deverá ser um Tenente Coronel.

§5º TIPO 01 – Múltiplos períodos operacionais, plano de ação escrito, interesse da mídia nacional; Diversas agências atuando; Equipes de assistência à gestão ativadas; Estrutura organizacional muito grande da seção de operações e/ou considerações logísticas de grande escala (gestão de mais de 200 pessoas e ativos). O Comandante do Incidente deverá ser um Coronel.

## SEÇÃO IX

### Do treinamento

Art. 9º O treinamento para o Sistema de Comando de Incidente corresponde ao conjunto de ações organizadas e desenvolvidas pela OBM, que represente um determinado incidente ou evento, onde a atuação do Corpo de Bombeiros Militar é imprescindível, tendo como objetivo o reconhecimento e o desempenho correto das funções.

Art. 10 Para a realização dos treinamentos deverão ser utilizados os meios que retratem um local de incidente com o emprego de maquetes, caixão de areia, imagens, projeções ou outros, conforme exemplo do Anexo XV.

Art. 11 Os treinamentos deverão ocorrer nas OBM de forma continuada, no mínimo uma vez ao mês.

§1º A OBM deverá realizar o controle da participação de todos os militares e dispor acerca do rodízio das funções ocupadas.

§2º Os militares envolvidos somente serão cientificados da função que irão desempenhar no treinamento por ocasião do início das atividades.

§3º Deverá ser observado o preenchimento dos formulários relativos à função, setor e unidade em atuação, conforme modelos constantes nos anexos de XVI a XXXVI.

Art. 12 Cada militar da OBM deverá atuar no máximo de posições possíveis.

Art. 13 Os responsáveis deverão estar utilizando coletes, conforme modelos constantes nos anexos de XXXVII a XLVII.

Art. 14 Todo treinamento deverá ser filmado e gravado, com duração máxima de 10 minutos, sem edição, e encaminhado na primeira oportunidade, não ultrapassando o período de 30 (trinta) dias, à equipe responsável pela padronização dos procedimentos.

## SEÇÃO X

### Do Simulado

Art. 15 O simulado para o SCI compreende o conjunto de procedimentos adotados que aproximem ao máximo da realidade de um grande incidente.

§1º Os simulados poderão ser organizados e executados com o envolvimento do maior número de instituições possíveis.

§2º Os simulados ocorrerão uma vez por semestre, após todos os militares da OBM já terem passado por treinamentos.

Art. 16 O Comandante do Incidente ou Comando Unificado, os componentes do Staff Geral e do Staff de Comando deverão utilizar os coletes de identificação, conforme modelos constantes nos anexos de XXXVII a XLVII.

Art. 17 Deverá ser providenciada estrutura adequada para o estabelecimento e montagem das instalações padronizadas, com a devida identificação.

Art. 18 Os formulários, documentos e cartões “T” permanecerão fixados e disponíveis no Posto de Comando, sem prejuízo de cópias nas demais instalações.

Art. 19 A participação dos demais órgãos, obedecerá o princípio do comando unificado, sendo que cada instituição conservará sua autoridade, responsabilidade e obrigações.

Art. 20 O simulado deverá ser filmado e gravado, sem edição, e encaminhado no prazo máximo de 10 (dez) dias à Comissão Única responsável pela padronização dos procedimentos.

## CAPÍTULO II

### SEÇÃO I

#### Dos Formulários do SCI

Art. 21 Para fins de padronização no âmbito do CBMGO serão adotados os modelos e especificação dos formulários do SCI, como se segue:

§1º Os formulários serão confeccionados em três formatos;

I - Formato A4, confeccionando em blocos, papel branco ou reciclado tendo a gramatura de 75g/m<sup>2</sup>, facilitando o seu preenchimento manualmente ou por equipamento de impressão digital a laser ou tinta;

II – Formato: Largura de 120cm x Altura de 80cm, sendo confeccionado em papel com a gramatura mínima de 180g/m<sup>2</sup>; lona com gramatura mínima de 280g/m<sup>2</sup>, com trama de 9X9 e fio 1000X1000; placas de PVC de no mínimo 2mm. Todos os materiais descritos acima deverão receber tratamento de plastificação, permitindo

seu preenchimento com pincel marcador para quadro branco, sem que haja na limpeza dos dados, prejuízo na impressão digital padrão dos formulários;

III - Formato especial tipo "T" utilizado no formulário SCI-219, que poderá ser confeccionado em papel com gramatura mínima de 240g/m<sup>2</sup>, ou em PVC com espessura mínima de 01 mm, deverá receber o tratamento de plastificação facilitando a colocação e limpeza de dados sem danificar a impressão digital do formulário.

§2º Os formulários do SCI serão nomeados da seguinte forma:

I - Formulário SCI 201 - dividido em 04 páginas;

II - Formulário SCI 202 – dividido em 04 páginas;

III - Formulário SCI 204;

IV - Formulário SCI 205;

V - Formulário SCI 206;

VI - Formulário SCI 211;

VII – Formulário SCI 214;

VIII – Formulário SCI 215;

IX - Formulário SCI 219;

X – Formulário SCI 234.

§ 3º O Formulário SCI 201, preenchido pelo comandante do incidente, contém informações básicas sobre a situação do incidente e a dos recursos já empenhados, contém 04 folhas conforme se especifica:

I - Folha 01 – destina-se a esboços de croquis da abrangência do incidente pode converter-se depois no mapa de situação do incidente. Anexo XVI.

II - Folha 02 – Destina-se ao resumo das ações. Utilizada para dar seguimento contínuo às ações de resposta. Anexo XVII.

III - Folha 03 – Destina-se à organização (organograma) atual do incidente. Útil para auxiliar na transição imediata à lista de organização. Anexo XVIII.

IV - Folha 4 - Destina-se ao resumo dos recursos. Utilizada para mapear todos os recursos empregados no atendimento ao incidente. Necessária na Área de Espera. As informações aqui contidas poderão ser utilizadas para o preenchimento do formulário SCI 219. Anexo XIX

§ 4º O Formulário SCI 202, preenchido pelo Chefe da Seção de Planejamento serve para descrever os objetivos para o período operacional, estratégia, recursos e organização. Inclui a previsão do tempo e as considerações de segurança para serem utilizadas durante o período operacional. Divido em 04 Folhas como se especifica:

I - Folha 01 – Conterá os objetivos específicos para o período operacional, que está sendo planejado; previsão de tempo e mensagem geral de segurança. Anexo XX.

II - Folha 02 – Conterá toda a estratégia para os objetivos do período operacional planejado. Anexo XXI.

III - Folha 03 – Apontará os recursos necessários para o período operacional planejado, para qual designação e local a ser empregado. Anexo XXII.

IV - Folha 04 – Constará o esboço da estrutura organizacional para o período operacional. Anexo XXIII.

§ 5º O Formulário SCI 204, preenchido pelo Chefe da Seção de Operações, consta a designação de trabalho dos recursos, mostrando onde devem atuar, bem como os contatos dos responsáveis. Anexo XXIV.

§ 6º O Formulário SCI 205, preenchido pelo Chefe da Seção de Logística ou Líder da Unidade de Comunicações serve para identificar: quem está falando com quem, como, quando, por que meio, etc. Serve para controlar os meios de comunicações dentro de um incidente. Anexo XXV.

§ 7º - O Formulário SCI 206, preenchido pelo Líder da Unidade Médica ou Encarregado da Área de Concentração de Vítimas serve para o controle de dados das vítimas, na ACV, permite anotar em qual gravidade a vítima foi encontrada, nome, idade e referências sobre transporte: para onde, horário e por quem? Anexo XXVI.

§ 8º O Formulário SCI 211, preenchido pelo Líder da Unidade de Recurso é utilizado para o controle dos recursos, permitindo ao comandante do incidente saber quais os recursos estão disponíveis, indisponíveis e os designados. Anexo XXVII.

§ 9º O Formulário SCI 214, com duas folhas será preenchido em todas as Seções, Unidades, Equipe de Intervenção, Força Tarefa, Divisão, Grupo, Setor, para o controle do recurso daquela repartição. Anexo XXVIII e XXIX.

§ 10 O Formulário SCI 215, preenchido pelo Chefe da Seção de Operações serve para levantamento de recursos: REC (refere-se à quantidade de recursos requeridos, ou seja, que serão necessários para aplicação no plano tático planejado); TEM (refere-se aos recursos existentes no incidente e disponíveis para a operação planejada); NEC (diferença entre os recursos requeridos e os disponíveis). Os recursos Necessários deverão estar à disposição do Chefe de Operações para aplicação tática no incidente. Anexo XXX.

§ 11 O Formulário SCI 234, preenchido pelos Chefes das Seções de Operações e Planejamento é confeccionado com a finalidade de estabelecer as estratégias e

táticas a serem discutidas nas reuniões táticas e posteriormente colocadas em ação. Anexo XXXI.

§ 12 O Formulário SCI 219 (cartão “T”) deverá estar em todas as viaturas operacionais do CBMGO. Deve ser atualizado diariamente pelo comandante de guarnição, após assumir o serviço. Poderá ser preenchido com caneta esferográfica. Ao chegar ao incidente que está utilizando o SCI, o cartão deverá ser entregue ao Encarregado da Área de Espera para posteriormente ser encaminhado ao Líder da Unidade de Recursos no Posto de Comando. Deverá haver em quantidade suficiente em kit SCI para controle de recursos de outras instituições. Serão confeccionados nas seguintes cores:

I - Cartão “T” – Branco (multi recurso): utilizado para qualquer recurso, desde que não tenha os cartões específicos. Anexo XXXII.

II - Cartão “T” (específicos): distribuídos por cores para rápida visualização, situação e especificação distinta dos recursos.

a. Amarelo – Recursos humanos (CI, Staff Geral, Staff de Comando, especialistas, etc). Anexo XXXIII.

b. Verde - Viaturas terrestres; Anexo XXXIV.

c. Azul Celeste - Viaturas Aquáticas; Anexo XXXV.

d. Verde Oliva – Viaturas aéreas. Anexo XXXVI.

## SEÇÃO II

### Dos Coletes do SCI

Art 22 Para identificação das funções dentro da estrutura do SCI-CBMGO serão utilizados coletes, conforme se segue:

§ 1º Usado por militares ou civis especialista/técnicos que ocuparão funções específicas na estrutura do SCI;

§ 2º Colete confeccionado no tecido OXFORD 100% poliéster, medindo 75 cm da barra até a gola, 60 cm de largura na parte da frente e 62 cm na parte de trás, 3 fixações de elástico de 4 cm nas laterais, fecho com zíper de 55 cm na cor do tecido. Gola medindo 53 cm de circunferência e cava 50 cm de circunferência. Frente, costa, gola e cava com acabamento em viés de 3,5 cm na cor do tecido. Bolso do lado direito, com abertura na parte superior, confeccionado em plástico transparente, medindo 14 cm de comprimento e 4 cm de largura, para permitir a colocação do nome e instituição. Fita refletiva, com 3 cm de largura, colocada no peito e nas costas a aproximadamente 45cm da barra. Nome da função bordado nas costas em letras medindo . 7cm de altura, conforme modelo do Anexo XXXVII.

Art 23 Os coletes serão separados por cores dentro da estrutura do SCI, assim especificados;

§ 1º Os coletes do Comando do Incidente, Comando Unificado e Staff de comando serão confeccionados na cor branca com fita refletiva na cor verde fluorescente, obedecendo às mesmas especificações padrão. Anexo XXXVIII a XLII.

§ 2º Os Coletes da Seção de Planejamento serão confeccionados na cor azul com fita refletiva na cor branca, obedecendo às mesmas especificações padrão. Anexo XLIII.

§ 3º Os Coletes da Seção de Operações serão confeccionados na cor vermelha com fita refletiva na cor branca, obedecendo às mesmas especificações padrão. Anexo XLIV.

§ 4º Os Coletes da Seção de Logística serão confeccionados na cor laranja com fita refletiva na cor branca, obedecendo às mesmas especificações padrão. Anexo XLV.

§ 5º Os Coletes da Seção de Administração e Finanças serão confeccionados na cor verde com fita refletiva na cor branca, obedecendo às mesmas especificações padrão. Anexo LXVI.

§ 6º Os Coletes para Especialistas serão confeccionados na cor amarela com fita refletiva na cor branca, obedecendo às mesmas especificações padrão. Anexo XLVII.

### SEÇÃO III

#### Dos dispositivos para controle de recursos T-card

Art. 24 Para a exposição e controle dos recursos no Posto de Comando, será utilizado o quadro de exposição T-CARD, que é o dispositivo que servirá para fixar os formulário SCI-219, de forma organizada, para se manter o controle macro dos recursos que atendem uma Operação Bombeiro Militar.

§ 1º Será confeccionado em tecido terbrim, na cor preta, com as seguintes medidas: largura: 125 cm; altura: 80 cm. Faixa para identificação do quadro de recurso, em plástico, medindo 0,20mm de espessura. Corte no plástico para inserir rótulo de identificação. Corte para inserir plaqueta de identificação da seção/setor/recurso. Viés liso de 2,0 cm dobrado ao meio envolvendo o plástico a ser aplicado, podendo ser nas cores amarela, vermelha, azul e verde. Reforço de costura na área dos ilhós. Ilhós de ferro com arruela de 18mm, com distribuição de 16 peças, contemplando todos os cantos e uniformemente distribuídos ao longo da barra. Costura dividindo as divisões dos recursos. Distância de uma coluna de bolsos para outra medindo 1,5cm. Costura dividindo partições dos rótulos de identificação. Distância da faixa de rótulos de identificação das colunas de recurso, medindo 2,75cm. Doze bolsos no comprimento por 14 na profundidade, sendo suficiente para colocar 168 cartões T-card. Barra do quadro de fundo e costura da barra medindo 3cm. Distância do último bolso para a barra do quadro de fundo, medindo 1,0cm. Profundidade dos bolsos medindo 21,0 cm. Largura do bolso medindo 8,20cm. Costura da barra dos bolsos em zig-zag. Distância de um bolso para o outro, medindo 2,5cm. Anexo LIII.

Art. 25 O quadro de exposição T-Card, referido no Art. 23 será fixado através de suporte tipo rack para quadro de controle de recursos, que é o dispositivo que

servirá para suportar o quadro de controle de recurso, e terá as seguintes características:

§ 1º Será confeccionado em perfil de metalon ou de alumínio com utilização de perfis de 1,2cm, 1,5cm e 2,0cm. Terá largura de 138,0 cm. Altura de 189,0 cm, considerando do pé até o nível máximo. O suporte é dividido em 12 peças: 2 traves superiores (macho e fêmea), 2 traves inferiores, com parafuso com orelhas,(macho e fêmea), 2 laterais com conexões macho, 02 conjuntos de pernas direita e esquerda com duas peças cada (macho e fêmea), 02 pés com parafuso com orelhas, com conexão fêmea. Anexos L e LI.

§ 2º O quadro de controle de recursos será fixado no suporte com abraçadeiras de nylon de 280,0mm x 1,3mm x 4,9mm. Anexo LII

## SEÇÃO IV

### Prescrições Diversas

Art. 26 Cada OBM deverá manter, atualizado no COB, o inventário de equipamentos, materiais, pessoas, especialistas, voluntários, etc, que possam apoiar as ocorrências do CBMGO, conforme modelo constante no anexo XLVIII.

Art. 27 Ao elaborar o Plano de Ação para as Operações Bombeiro Militar previsíveis, formaturas, eventos, etc., a OBM deverá indicar os militares que cumprirão cada missão dentro da estrutura do SCI, no que couber, quais sejam: Comandante do Incidente, Oficial de Segurança, Oficial de Informações Públicas; Oficial de Ligação, Chefe da Seção de Operações, Chefe da Seção de Logística, Chefe da Seção de Planejamento e Chefe da Seção de Administração e Finanças.

Art 28 A OBM providenciará os materiais e equipamentos necessários para o uso do SCI e manterá em condições de pronto emprego.

Art. 29 Será criada e regulamentada a Comissão Única do CBMGO, composta por três oficiais com curso de SCI Intermediário ou Avançado, com experiência operacional na área, para avaliação e correção dos procedimentos previstos nos artigos 13 e 21 desta Norma.

§ 1º A comissão reunirá periodicamente na Sala de Situação da Capital para assistir aos vídeos produzidos pelas OBM e emitirão relatório de correções e sugestões.

Art 30 Os Comandos Regionais Bombeiro Militar ficarão responsáveis pelo controle da execução dos treinamentos e simulados pelas OBM.

## ANEXOS A NORMA OPERACIONAL SCI

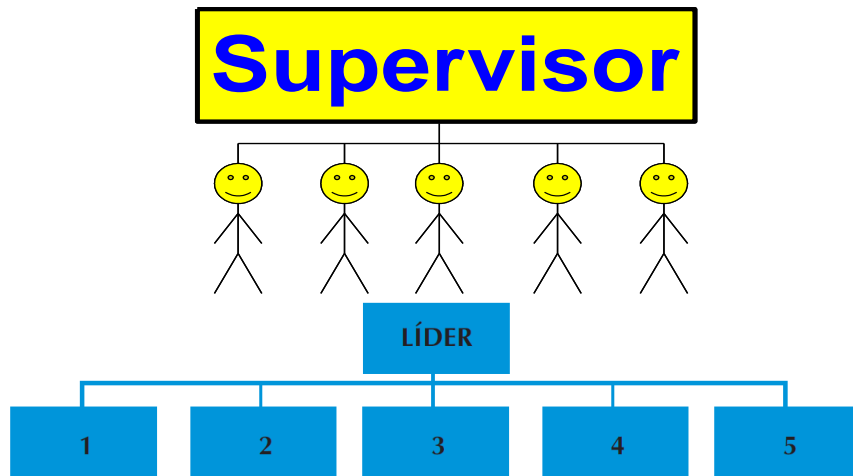
### Anexo I (Equipe de Intervenção)



### Anexo II (Força Tarefa)



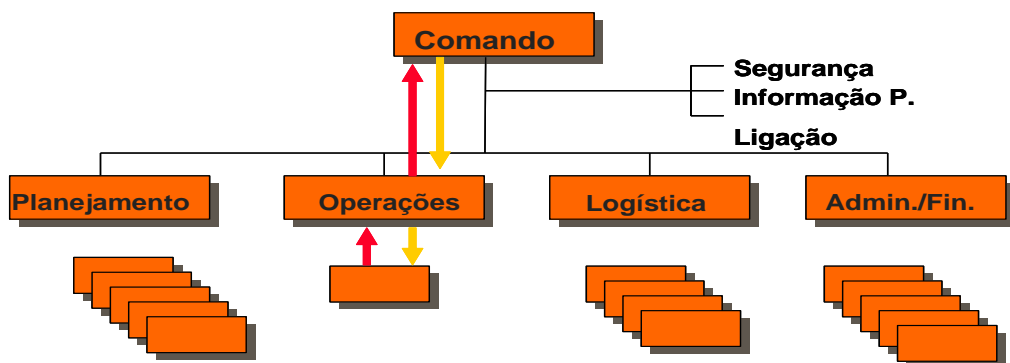
Anexo III (Princípio do Alcance de Controle)



Anexo IV (Princípio da Organização Modular)



Anexo V (Princípio da Cadeia de Comando)



Anexo VI (Modelo de Posto de Comando e sinalização)



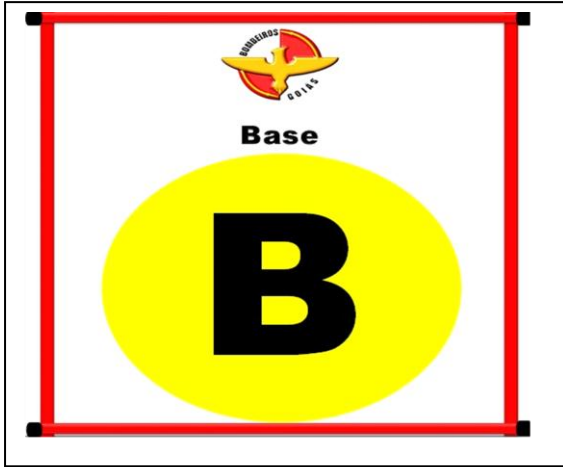
Anexo VII (Modelo de Área de Espera e sinalização)



Anexo VIII (Modelo de Área de Concentração de Vítimas e sinalização)



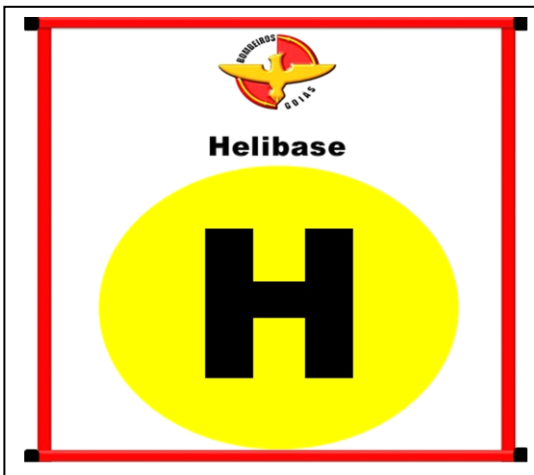
Anexo IX (Modelo de Base e sinalização)



Anexo X (Modelo de Acampamento e sinalização)



Anexo XI (Modelo de Helibase e sinalização)



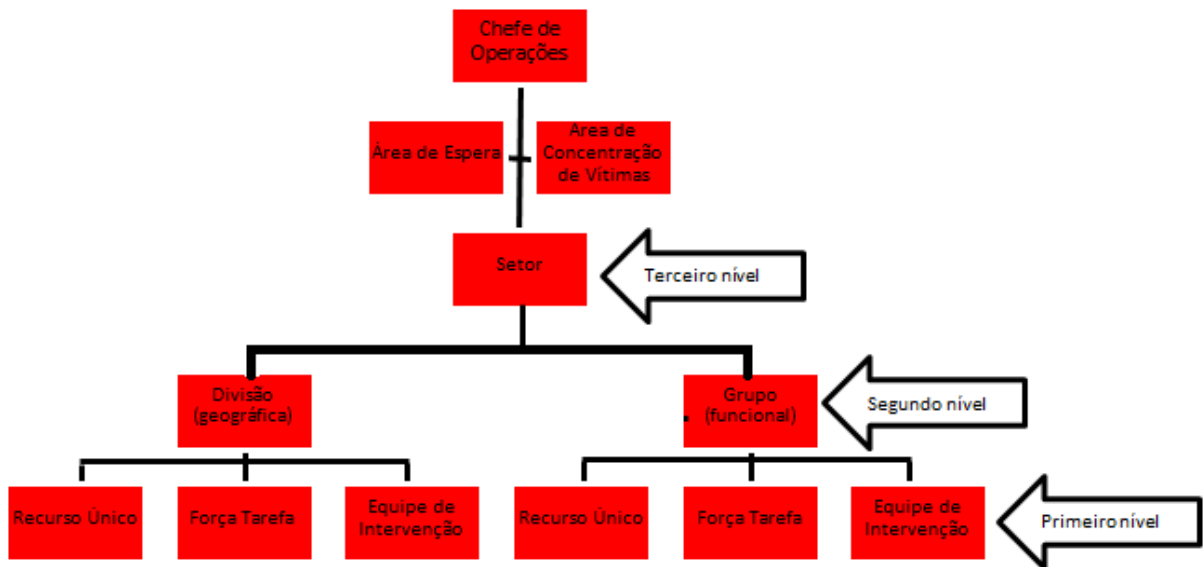
Anexo XII (Modelo de Heliponto e sinalização)



Anexo XIII (Modelo de Demonstração da disposição das instalações)



Anexo XIV (Modelo da Estrutura da Seção de Operações)



### Anexo XV (Modelo de Maquete e miniaturas)



### Anexo XVI (Modelo de Formulário SCI 201 folha 1/4)

1. NOME DO INCIDENTE: _____		2. PREPARADO POR: _____		3. DATA: _____/_____/_____		4. HORA: _____:_____:____		<b>SCI 201</b> <b>FOLHA 01</b>
5. MAPA/CROQUI								
6. SITUAÇÃO (RESUMO DO INCIDENTE)								CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO ESTADO DE GOIÁS

















Anexo XXXIII (Modelo de Formulário SCI 219-T-Card Amarelo)

INSTITUIÇÃO		PST/GDR		NOME/FUNÇÃO		RG	
Nº DE ORDEM			DATA E H. DA CHEGADA				
NOME COMPLETO					TS e FT RH		
CONTATO:							
UNIDADE DE ORIGEM							
NOME DO COMANDANTE /CONTATO							
ESPECIALIDADES							
LOCAL DE DESIGNAÇÃO				H.E.C			
FUNÇÃO DESIGNADA (ATUAL)							
LOCAL DESIGNADO				HORA			
SITUAÇÃO <input type="checkbox"/> DISPONÍVEL <input type="checkbox"/> DESIGNADO <input type="checkbox"/> INDISPONÍVEL <input type="checkbox"/> NOMEADO							
OBSERVAÇÃO							
<small>SCI - CARTÃO T (PESSOAL) - 28/06/2012</small>							

INSTITUIÇÃO		PST/GDR		NOME/FUNÇÃO		RG	
LOCAL DESIGNADO				HORA			
SITUAÇÃO <input type="checkbox"/> DISPONÍVEL <input type="checkbox"/> DESIGNADO <input type="checkbox"/> INDISPONÍVEL <input type="checkbox"/> NOMEADO							
OBSERVAÇÃO							
LOCAL DESIGNADO				HORA			
SITUAÇÃO <input type="checkbox"/> DISPONÍVEL <input type="checkbox"/> DESIGNADO <input type="checkbox"/> INDISPONÍVEL <input type="checkbox"/> NOMEADO							
OBSERVAÇÃO							
LOCAL DESIGNADO				HORA			
SITUAÇÃO <input type="checkbox"/> DISPONÍVEL <input type="checkbox"/> DESIGNADO <input type="checkbox"/> INDISPONÍVEL <input type="checkbox"/> NOMEADO							
OBSERVAÇÃO							
<small>SCI - CARTÃO T (PESSOAL) - 28/06/2012</small>							

Anexo XXXIV (Modelo de Formulário SCI 219-T-Card Verde)

INSTITUIÇÃO		TP		ABREV/VTR		PREFIXO	
Nº DA PLACA			DATA E H. DA CHEGADA				
UNIDADE DE ORIGEM			COMANDANTE/FUNÇÃO				
NOME DO MOTORISTA					TS e FT RH		
CONTATO			Nº CNH / CATEGORIA				
NOME DO CMDT. DA VTR. (PST/GDR)							
LOCAL DE DESIGNAÇÃO				H.E.C			
COMPONENTES DA GUARNIÇÃO							
ESPECIFICAÇÃO/TIPO <input type="checkbox"/> AT <input type="checkbox"/> ABT <input type="checkbox"/> ASA <input type="checkbox"/> ATP <input type="checkbox"/> AV <input type="checkbox"/> ASN <input type="checkbox"/> ATC <input type="checkbox"/> UR <input type="checkbox"/> URS <input type="checkbox"/> ABS <input type="checkbox"/> OUTRA: _____							
COMBUSTÍVEL							
LOCAL DESIGNADO				HORA			
SITUAÇÃO <input type="checkbox"/> DISPONÍVEL <input type="checkbox"/> DESIGNADO <input type="checkbox"/> INDISPONÍVEL <input type="checkbox"/> NOMEADO							
OBSERVAÇÃO							
<small>SCI - CARTÃO VERDE (MATERIAL) - 27/06/2012</small>							

INSTITUIÇÃO		TP		ABREV/VTR		PREFIXO	
LOCAL DESIGNADO				HORA			
SITUAÇÃO <input type="checkbox"/> DISPONÍVEL <input type="checkbox"/> DESIGNADO <input type="checkbox"/> INDISPONÍVEL <input type="checkbox"/> NOMEADO							
OBSERVAÇÃO							
LOCAL DESIGNADO				HORA			
SITUAÇÃO <input type="checkbox"/> DISPONÍVEL <input type="checkbox"/> DESIGNADO <input type="checkbox"/> INDISPONÍVEL <input type="checkbox"/> NOMEADO							
OBSERVAÇÃO							
LOCAL DESIGNADO				HORA			
SITUAÇÃO <input type="checkbox"/> DISPONÍVEL <input type="checkbox"/> DESIGNADO <input type="checkbox"/> INDISPONÍVEL <input type="checkbox"/> NOMEADO							
OBSERVAÇÃO							
<small>SCI - CARTÃO AZUL (EMBARCAÇÕES) - 27/06/2012</small>							

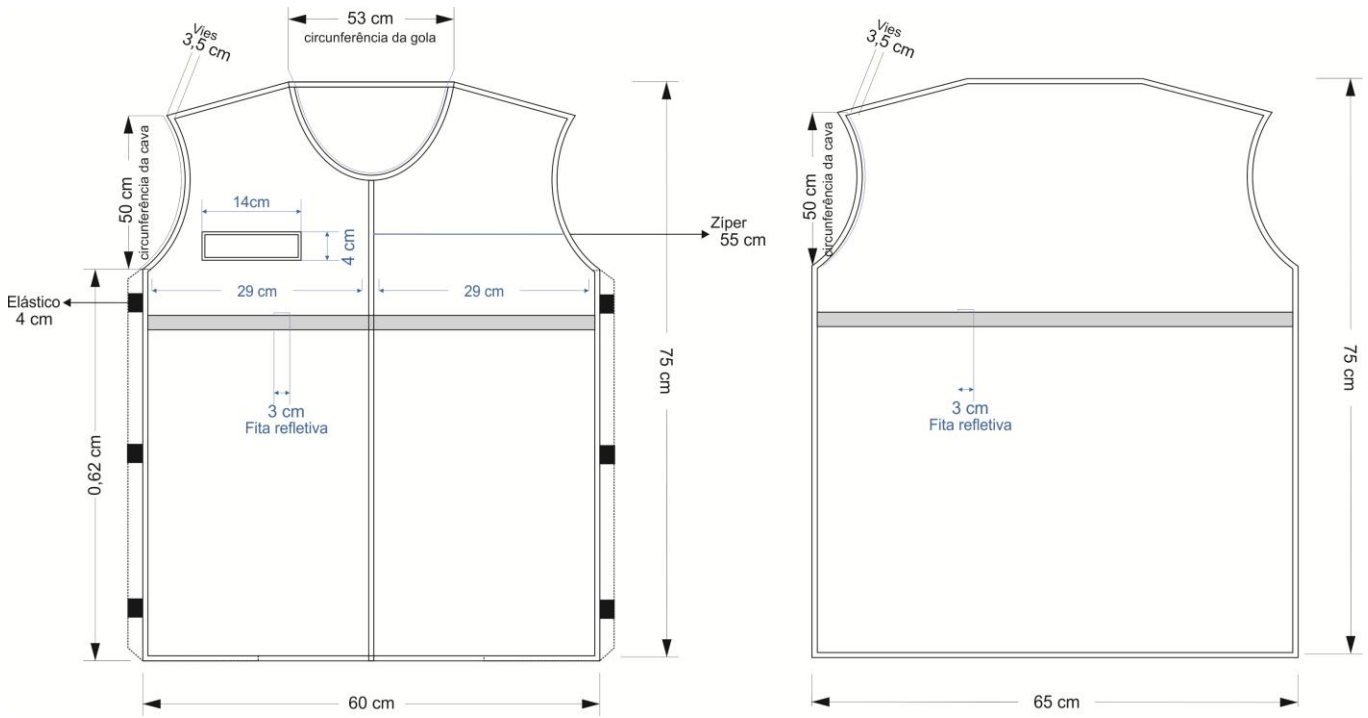
Anexo XXXV (Modelo de Formulário SCI 219-T-Card Azul Celeste)

Frente				Verso			
INSTITUIÇÃO	TP	COD./EMBAR.	PREFIXO	INSTITUIÇÃO	TP	COD./EMBAR.	PREFIXO
Nº DE CLASSIFICAÇÃO		DATA E H. DA CHEGADA		LOCAL DESIGNADO		HORA	
UNIDADE DE ORIGEM		COMANDANTE		SITUAÇÃO			
NOME DO PILOTO		TS e FT RH		<input type="checkbox"/> DISPONÍVEL <input type="checkbox"/> DESIGNADO <input type="checkbox"/> INDISPONÍVEL <input type="checkbox"/> NOMEADO			
CONTATO		CATEGORIA		OBSERVAÇÃO			
Nº HABILITAÇÃO CAPITANIA DOS PORTOS		H.E.C		LOCAL DESIGNADO		HORA	
LOCAL DE DESIGNAÇÃO		H.E.C		SITUAÇÃO			
EMBARCAÇÃO		MOTONÁUTICA		<input type="checkbox"/> DISPONÍVEL <input type="checkbox"/> DESIGNADO <input type="checkbox"/> INDISPONÍVEL <input type="checkbox"/> NOMEADO			
<input type="checkbox"/> CANOA <input type="checkbox"/> LANCHAS <input type="checkbox"/> OUTRA: _____		<input type="checkbox"/> BOTE INFLÁVEL		OBSERVAÇÃO			
MOTORIZAÇÃO (POTÊNCIA E MARCA)				LOCAL DESIGNADO		HORA	
TAMANHO (CAPACIDADE DE PASSAG. E TRIPU.)				SITUAÇÃO			
COMBUSTÍVEL				<input type="checkbox"/> DISPONÍVEL <input type="checkbox"/> DESIGNADO <input type="checkbox"/> INDISPONÍVEL <input type="checkbox"/> NOMEADO			
OBSERVAÇÃO				OBSERVAÇÃO			
LOCAL DESIGNADO		HORA		LOCAL DESIGNADO		HORA	
SITUAÇÃO				SITUAÇÃO			
<input type="checkbox"/> DISPONÍVEL <input type="checkbox"/> DESIGNADO <input type="checkbox"/> INDISPONÍVEL <input type="checkbox"/> NOMEADO				<input type="checkbox"/> DISPONÍVEL <input type="checkbox"/> DESIGNADO <input type="checkbox"/> INDISPONÍVEL <input type="checkbox"/> NOMEADO			
OBSERVAÇÃO				OBSERVAÇÃO			
<small>SCI - CARTÃO AZUL (EMBARCAÇÕES) - 27/08/2012</small>				<small>SCI - CARTÃO AZUL (EMBARCAÇÕES) - 27/08/2012</small>			

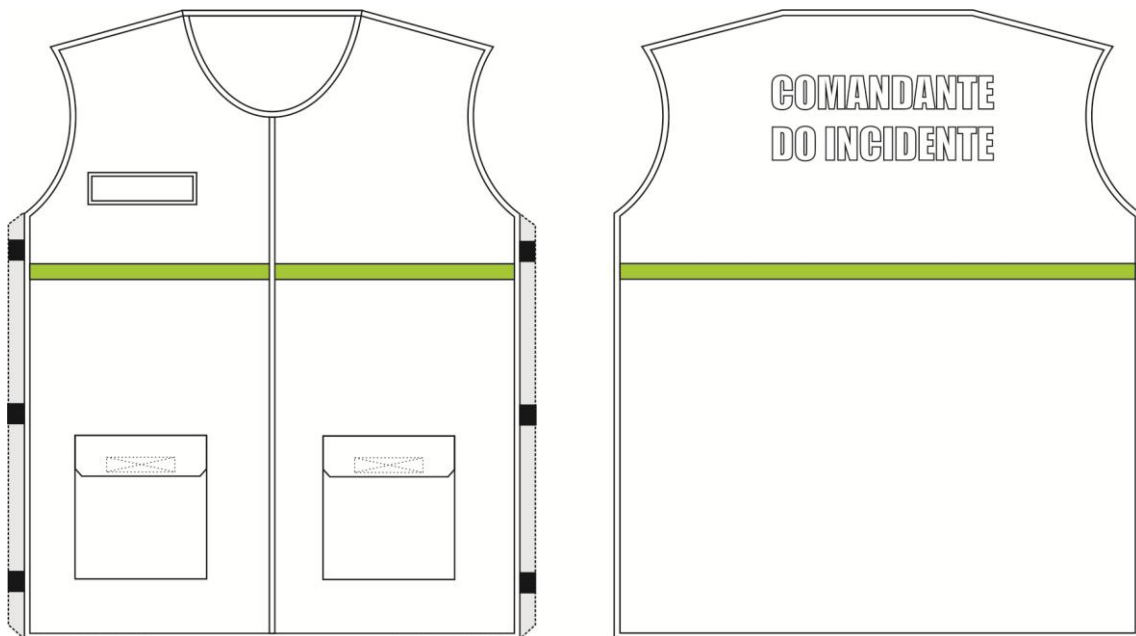
Anexo XXXVI (Modelo de Formulário SCI 219-T-Card Verde Oliva)

Frente				Verso			
INSTITUIÇÃO	TP	ABREV/VTR	PREFIXO	INSTITUIÇÃO	TP	ABREV/VTR	PREFIXO
Nº PPT		DATA E H. DA CHEGADA		LOCAL DESIGNADO		HORA	
UNIDADE DE ORIGEM		TIPO DE COMBUSTÍVEL		SITUAÇÃO			
NOME DO PILOTO		NOME DO CO-PILOTO		<input type="checkbox"/> DISPONÍVEL <input type="checkbox"/> DESIGNADO <input type="checkbox"/> INDISPONÍVEL <input type="checkbox"/> NOMEADO			
LOCAL DE DESIGNAÇÃO		H.E.C		OBSERVAÇÃO			
TRIPULAÇÃO				LOCAL DESIGNADO		HORA	
SITUAÇÃO				LOCAL DESIGNADO		HORA	
<input type="checkbox"/> DISPONÍVEL <input type="checkbox"/> DESIGNADO <input type="checkbox"/> INDISPONÍVEL <input type="checkbox"/> NOMEADO				LOCAL DESIGNADO		HORA	
OBSERVAÇÃO				SITUAÇÃO			
LOCAL DESIGNADO		HORA		<input type="checkbox"/> DISPONÍVEL <input type="checkbox"/> DESIGNADO <input type="checkbox"/> INDISPONÍVEL <input type="checkbox"/> NOMEADO			
OBSERVAÇÃO				LOCAL DESIGNADO		HORA	
SITUAÇÃO				SITUAÇÃO			
<input type="checkbox"/> DISPONÍVEL <input type="checkbox"/> DESIGNADO <input type="checkbox"/> INDISPONÍVEL <input type="checkbox"/> NOMEADO				<input type="checkbox"/> DISPONÍVEL <input type="checkbox"/> DESIGNADO <input type="checkbox"/> INDISPONÍVEL <input type="checkbox"/> NOMEADO			
OBSERVAÇÃO				OBSERVAÇÃO			
<small>SCI - CARTÃO VERDE OLIVA (MATERIAL AÉREA) - 26/09/2012</small>				<small>SCI - CARTÃO VERDE OLIVA (MATERIAL AÉREA) - 26/09/2012</small>			

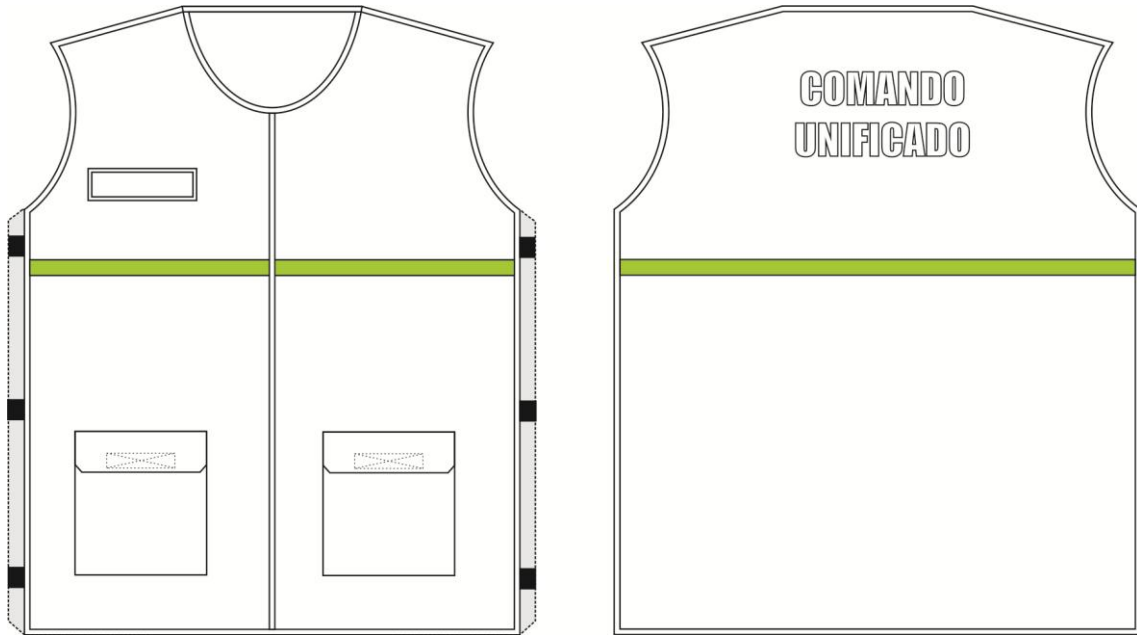
### Anexo XXXVII (Especificação de coletes)



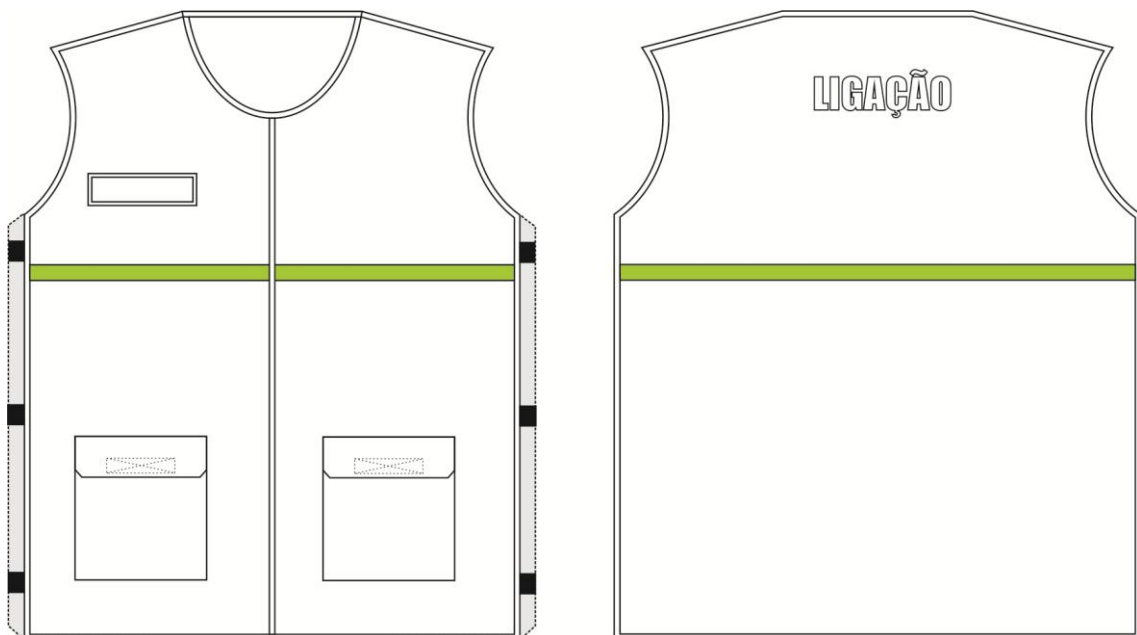
### Anexo XXXVIII (Modelo de Colete para Comandante do Incidente)



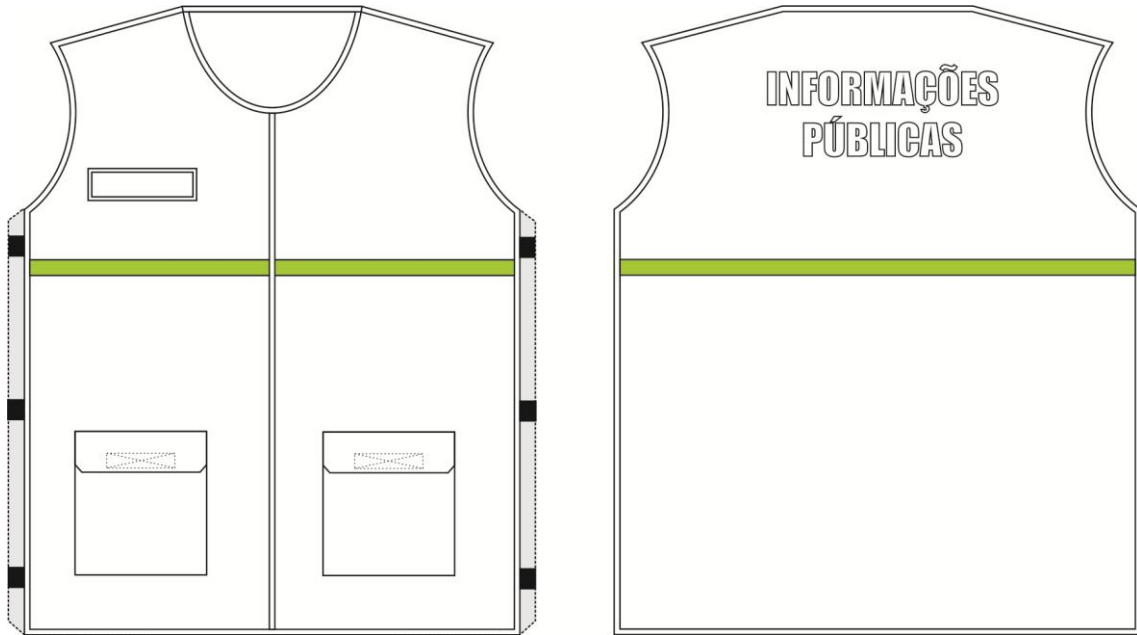
Anexo XXXIX (Modelo de Colete para Comando Unificado)



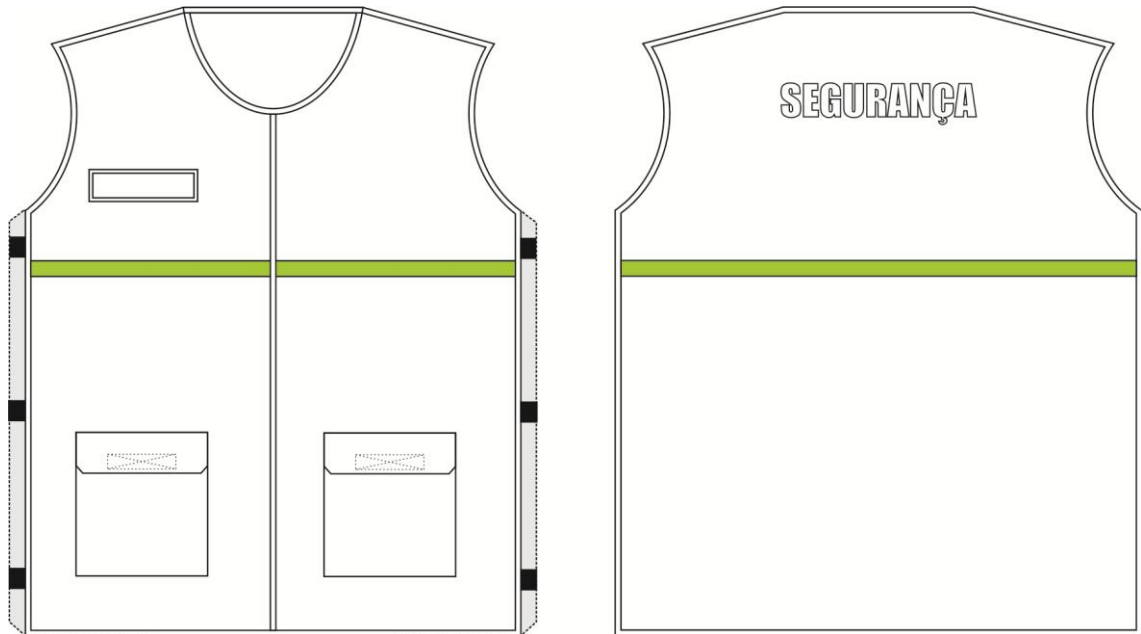
Anexo XL (Modelo de Colete para Staff de Comando-Ligação )



Anexo XLI (Modelo de Colete para Staff de Comando-Informações Públicas)



Anexo XLII (Modelo de Colete para Staff de Comando-Segurança)



Anexo XLIII (Modelo de Colete para Seção de Planejamento)



Anexo XLIV (Modelo de Colete para Seção de Operações)



Anexo XLV (Modelo de Colete para Seção de Logística)



Anexo XLVI (Modelo de Colete para Seção de Administração/Finanças)



Anexo XLVII (Modelo de Colete para Especialistas)



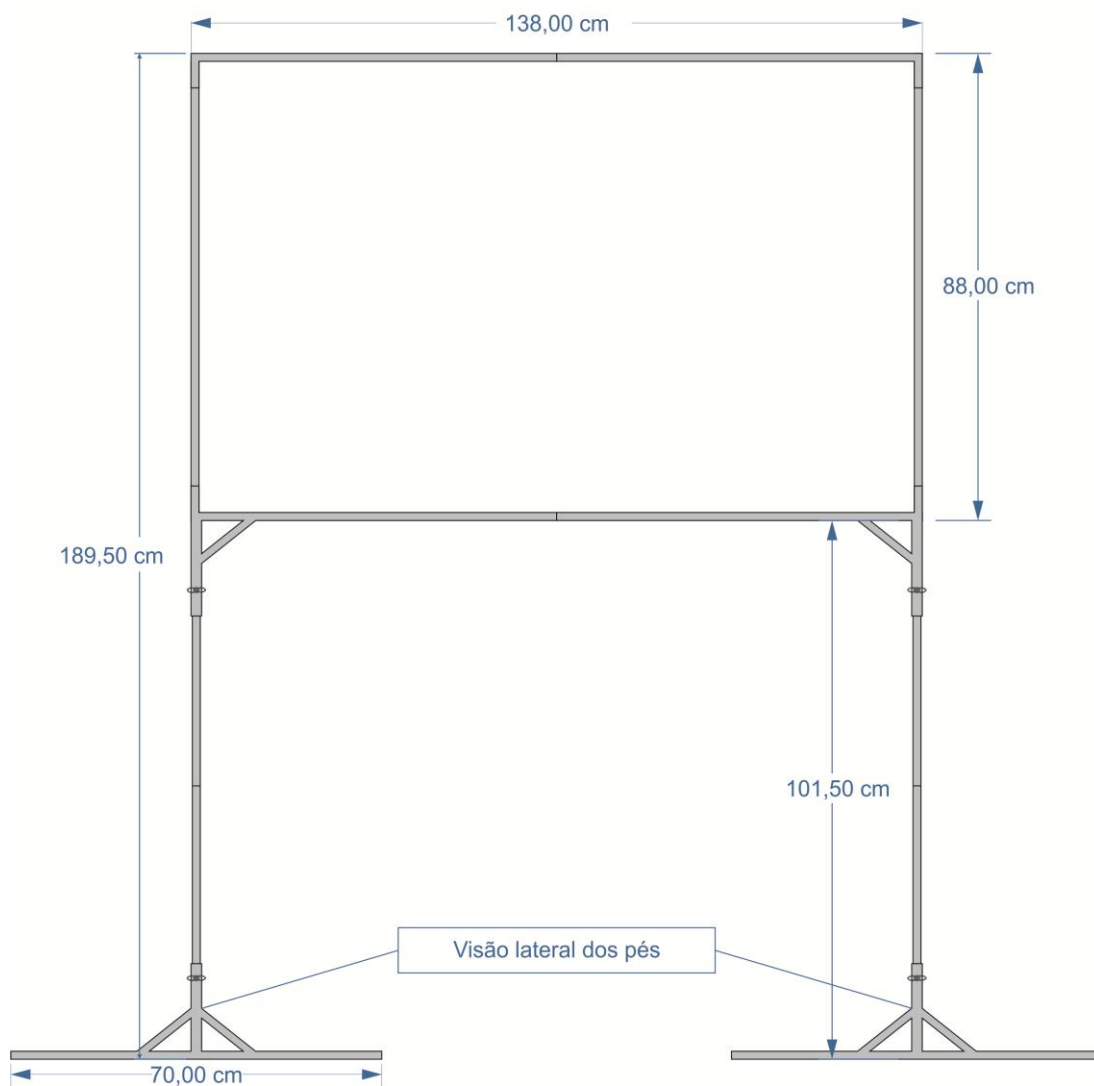
Anexo XLVIII (Modelo de Inventário para cadastramento de instituições parceiras)

Instituição	Responsável	Contato	Recurso(s) Disponível(is)	Características	Habilidade
PMGO (8ª CIA)	TC -----	0xx0000-0000	Cães farejadores	XXXX	Busca de pessoas
Secretaria Municipal de Obras	Sr. -----	0xx0000-0000	Carros Pipas	Tanque de 30m³	Combate a Incêndio
Saneago	Sr. -----	0xx0000-0000	Carros Pipas	Tanque 10 m³	Combate a Incêndio
Celg	Sr. -----	0xx0000-0000	Geradores elétricos	500 KVA	Manutenção de energia
Empresa X	Sr. -----	0xx0000-0000	Retro escavadeiras	Médio porte	Movimentação de terra
SAMU	Dr. -----	0xx0000-0000	Ambulância	2 USB e 1 USA	Resgate
Empresa de ônibus A	Sr. -----	0xx0000-0000	Ônibus	2 ônibus 45 lugares cada	Transporte de tropa

## Anexo XLIX (Modelo de Identificação do PC inicial)

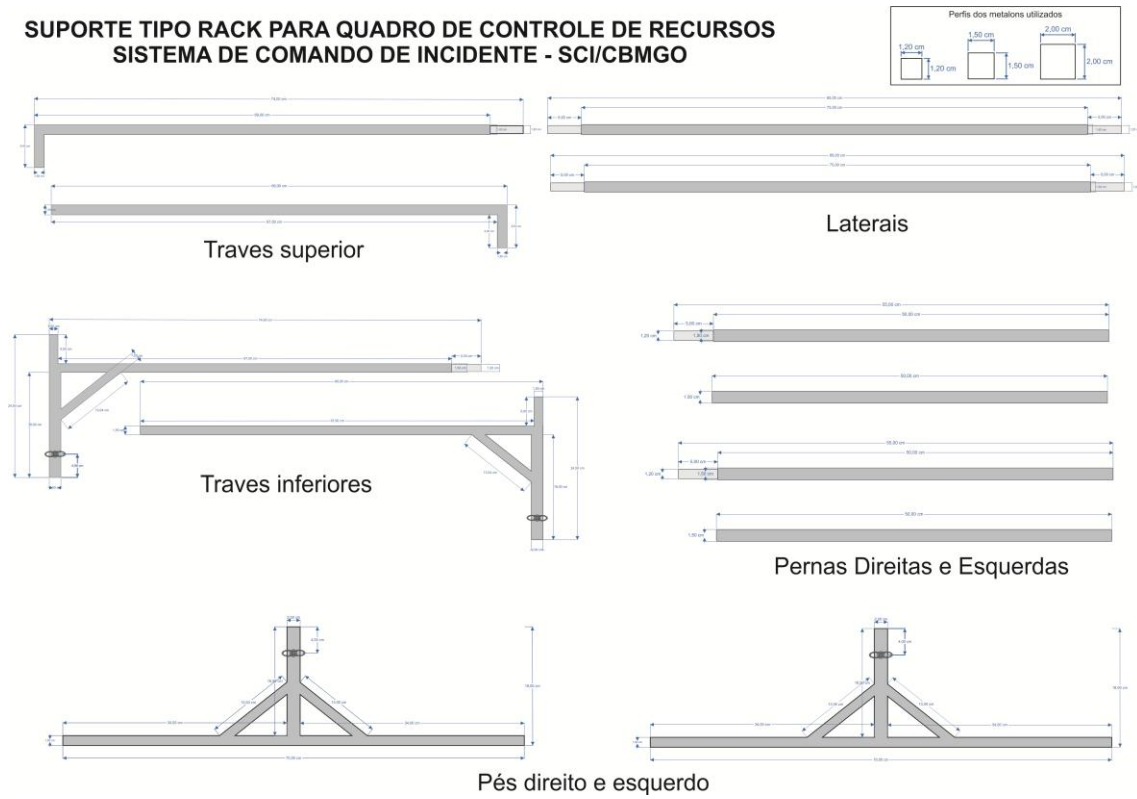


## Anexo L (Modelo de Suporte para Quadro de Controle de Recursos-T-Card)

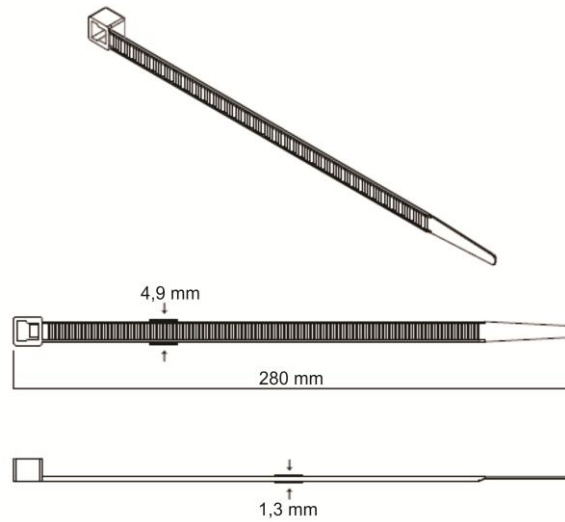
**SUPORE TIPO RACK PARA QUADRO DE CONTROLE DE RECURSOS  
SISTEMA DE COMANDO DE INCIDENTE - SCI/CBMGO**

## Anexo LI (Modelo de Suporte (desmontado) para Quadro de Controle de Recursos-T-Car)

### SUPORTE TIPO RACK PARA QUADRO DE CONTROLE DE RECURSOS SISTEMA DE COMANDO DE INCIDENTE - SCI/CBMGO



## Anexo LII (Abraçadeira de nylon para fixação)



### Anexo LIII (Modelo de Quadro de Controle de Recursos-T-Card)

